

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

86

Jan/Mar 2026



OBRA PUBLICADA PELO



**Banco do
Nordeste**

PRESIDENTE

Paulo Henrique Saraiva Câmara

DIRETORES

Ana Teresa Barbosa de Carvalho,
Antonio Jorge Pontes Guimarães Junior
José Aldemir Freire,
Leonardo Victor Dantas da Cruz,
Luiz Abel Amorim de Andrade e
Wanger Antônio de Alencar Rocha

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Allisson David de Oliveira Martins
Gerente de Ambiente

Liliane Cordeiro Barroso
**Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
Macroeconômicas**

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
Rogério Sobreira Bezerra

Editor-Chefe
Allisson David de Oliveira Martins

Editor-Executivo
Liliane Cordeiro Barroso

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Marcos Falcão Gonçalves
Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Produção Agropecuária e Mercado de Trabalho
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Industrial
Liliane Cordeiro Barroso

Intermediação Financeira
Allisson David de Oliveira Martins

Serviços e Comércio
Wellington Santos Damasceno

Turismo e Comércio Exterior
Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas, Índices de Preços e Cesta Básica
Antônio Ricardo de Norões Vidal

Estagiários
Guilherme Miranda Soares
Samuel Alesxandro Apolinario Xavier

Projeto Gráfico
Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A
**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste -
ETENE**
Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 Térreo - Passaré -
60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL
Telefone: (85) 3251-7177
Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC): 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Dados internacionais de catalogação na publicação.

BNB Conjuntura Econômica, n.1, 2004- Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004-
n.

Trimestral

Periodicidade anterior: 2004 mensal; 2005 bimestral até ago.; 2005 – 2013 trimestral; 2014
semestral.

ISSN 18078834

1.Economia- Brasil – Nordeste – Periódicos. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil – Nordeste
– Periódicos. I Banco do Nordeste do Brasil.

CDD:330.05

CDU: 33 (812/814) (05)

Sumário

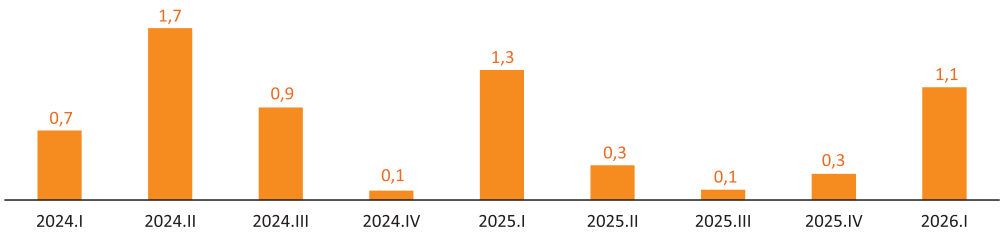
1 Atividade Econômica	4
2 Produção Agropecuária no Nordeste.....	8
3 Atividade Industrial	14
4 Varejo	20
5 Serviços	22
6 Turismo	24
7 Comercio Exterior	27
8 Mercado de Trabalho	35
9 Finanças Publicas	41
10 Intermediação Financeira.....	44
11 Inflação.....	48
12 Cesta Basica	52

1 Atividade Econômica

1.1 Produto Interno Bruto

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a economia brasileira cresceu 1,1% no primeiro trimestre de 2026, na comparação com o último trimestre de 2025, com ajuste sazonal (Gráfico 1.1). O resultado mostra uma aceleração em relação ao trimestre anterior, quando a economia havia crescido 0,3%. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o avanço foi de 1,8%, enquanto no acumulado dos últimos quatro trimestres a alta foi de 2%. Contribuíram para esse resultado o mercado de trabalho, que tem se mostrado resiliente, com baixa taxa de desemprego e ganhos reais na renda. Além do crescimento da indústria extrativa e da agropecuária, estímulos fiscais e de crédito também contribuíram para manter aquecido o mercado de trabalho e para a recuperação da atividade econômica em geral. As projeções do mercado indicam que o PIB deverá repetir neste ano o padrão de evolução trimestral dos anos anteriores, quando esse razoável crescimento do primeiro trimestre do ano, vem seguido, também, por taxas de crescimento do PIB nos demais trimestres, mas em ritmo mais moderado do que o observado no primeiro trimestre.

Gráfico 1.1 – Brasil - Produto Interno Bruto (PIB) - Trimestre contra trimestre anterior, com ajuste sazonal (%) - 2024 a 2026



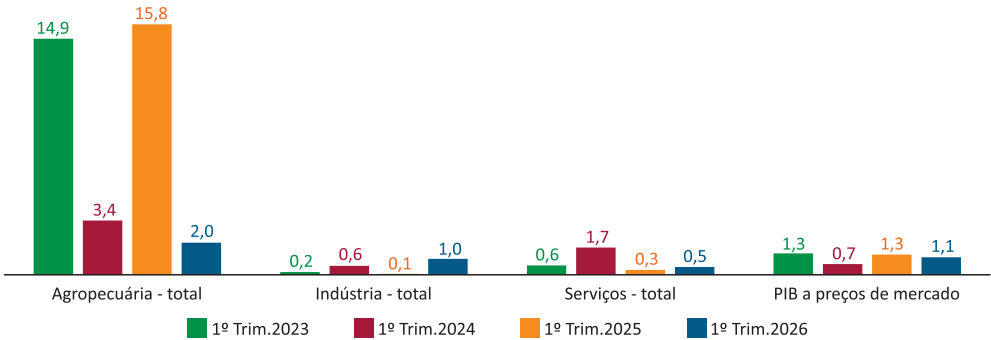
Fonte: IBGE. Elaboração: ETENE-2026

Nesses três meses iniciais de 2026, o setor agropecuário, influenciado pela melhoria de produtividade, liderou a expansão da produção, registrando crescimento de 2,0% (Gráfico 1.2), com destaque para o incremento da oferta e comercialização de soja, por conta das condições climáticas favoráveis na maior parte das regiões produtoras do país. Essa oleaginosa responde por cerca da metade da produção nacional de grãos e deverá registrar o maior volume já observado na série histórica da Conab. A demanda internacional, especialmente da China, continua sustentando a expansão do setor. Por outro lado, outros produtos agrícolas, cujas safras também são significativas no primeiro trimestre, registraram queda tanto de produção quanto de produtividade, como, por exemplo, as culturas de milho (-2,5%) e arroz (-10,6%).

A indústria, por sua vez, apresentou um quadro de recuperação moderada no primeiro trimestre de 2026, apresentando expansão de 1,0%, acima da taxa observada no último trimestre de 2025 (Gráfico 1.2). Essa contribuição positiva da indústria foi impulsionada, principalmente, pela indústria extrativa, pela produção de petróleo e gás natural e pela retomada parcial da produção manufatureira. Entretanto, a queda dos investimentos e dos bens de capital revela que essa expansão ainda não é suficientemente robusta para caracterizar um novo ciclo de expansão industrial sustentada. Portanto, pode-se afirmar que o cenário industrial do primeiro trimestre de 2026 esteve concentrado no forte apoio das atividades extrativas, mas continua limitado pelos juros elevados, pela fragilidade do investimento produtivo e pela lenta recuperação da indústria de transformação.

O setor serviços, que responde por mais de 70% da economia brasileira, evoluiu moderadamente nos primeiros três meses do ano, registrando um crescimento de 0,5% (Gráfico 1.2), devido à evolução positiva de todas as atividades que formam esse segmento, com exceção dos setores de transporte, armazenagem e correio, bem como de atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados, que registraram queda de, respectivamente, (-0,7%) e (-0,6%), na comparação com o último trimestre de 2025. Por outro lado, os serviços de informação e comunicação registraram expansão significativa (2,4%), impulsionada pela ampliação da internet e o desenvolvimento de novos sistemas.

Gráfico 1.2 – Brasil - Produto Interno Bruto (PIB): OFERTA - 1º Trimestre em relação ao Trimestre anterior (%), com ajuste sazonal - 2023 a 2026

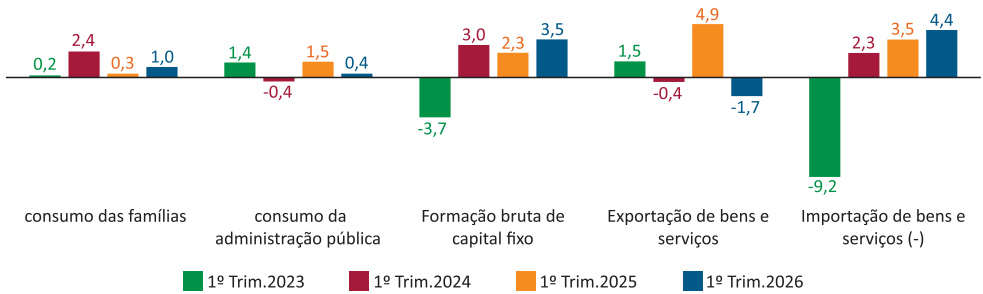


Fonte: IBGE-Contas Nacionais Trimestrais. Elaboração: ETENE (2026)

Pelo lado da demanda, o consumo das famílias, que tem um peso elevado na demanda agregada, foi um dos destaques, apresentando crescimento de 1,0% sobre o último trimestre de 2025 (Gráfico 1.3), refletindo a boa dinâmica do mercado de trabalho, com crescimento da massa salarial e dos rendimentos reais. Esse bom comportamento do consumo das famílias foi o principal fator de sustentação da expansão dos serviços, especialmente nas áreas de comércio, transporte, serviços prestados às famílias e atividades recreativas e de lazer. Além disso, as medidas de aumento da renda disponível, incluindo reajustes reais do salário-mínimo e ampliação de benefícios sociais, também ajudaram a impulsionar a demanda por setor serviços, cuja dinâmica tem forte vinculação com o consumo doméstico.

A formação bruta de capital fixo-FBCF também deu uma contribuição positiva e relevante para reforçar o crescimento do PIB, registrando um crescimento de 3,5% no primeiro trimestre de 2026 (Gráfico 1.3), relativamente ao desempenho do último trimestre do ano anterior, sinalizando alguma recomposição após a perda de tração no fim de 2025. Apesar da alta trimestral, a FBCF caiu -1,4% na comparação com o 1º trimestre de 2025, o que pode ser associado à redução na produção de bens de capital, juros elevados e a cautela do setor privado diante do ambiente econômico. As exportações, por sua vez, apresentaram desempenho negativo neste primeiro trimestre do ano, na comparação com o último trimestre 2025, registrando queda de 1,7% (Gráfico 1.3), apesar da forte safra e do bom desempenho da extração de petróleo e das exportações do minério de ferro. Pode-se dizer que esse resultado trimestral foi influenciado por fatores sazonais e pela elevada base de comparação do final de 2025, pois, quando se compara o desempenho do primeiro trimestre de 2026 com o mesmo período do ano anterior, as exportações registraram um avanço de 7,4%, refletindo o bom comportamento de commodities agrícolas e minerais. Mas parte desse efeito positivo das exportações foi compensada pelo expressivo crescimento das Importações (+1,2%), decorrente da recuperação do consumo interno, importação de insumos industriais, e compra de bens intermediários e produtos de consumo final.

Gráfico 1.3 – Brasil - Produto Interno Bruto (PIB): Demanda – 1º Trimestre em relação ao trimestre anterior (%) - 2023 a 2026



Fonte: IBGE (2026). Elaboração: ETENE (2026)

A taxa de investimento no primeiro trimestre de 2026 recuou para 16,5% do PIB ante 17,6% no primeiro trimestre de 2025. No mesmo período, a taxa de poupança ficou em 15,5%, ligeiramente abaixo dos 15,8% do mesmo período no ano passado.

1.2 Inflação, Juros e Câmbio

No primeiro trimestre de 2026 o cenário macroeconômico internacional se mostrou bastante complexo e desafiador, refletindo tanto fatores geopolíticos, especialmente o acirramento de conflitos no Oriente médio, quanto incertezas em relação à condução das políticas econômicas das principais economias, principalmente quanto à política comercial e fiscal dos Estados Unidos. Esse panorama internacional teve rebatimentos nas economias emergentes, que se manifestaram na elevação da volatilidade nos mercados financeiros e nos preços de ativos e commodities, afetando o custo de financiamento, fluxos de capitais e a dinâmica cambial dessas economias.

Um dos efeitos desse cenário está associado com o movimento de desaceleração gradual da atividade econômica global, com taxas inferiores às observadas no período pré-pandemia. A economia americana, por exemplo, tem apresentado sinais de desempenho moderado da atividade econômica, influenciado pelo ambiente de incerteza e pela política monetária ainda restritiva. A inflação, por sua vez, tem se mostrado resiliente, com os níveis permanecendo acima das metas estabelecidas pelos bancos centrais, sobretudo nas economias avançadas. Dentre as fontes de pressão inflacionária destacam-se a alta dos preços de energia e as tensões geopolíticas, que tem influenciado as expectativas inflacionárias de curto prazo no cenário global. Além disso, os preços de commodities têm apresentado maior volatilidade, ampliando os riscos para economias exportadoras e importadoras. Diante desse contexto, marcado por um ambiente macroeconômico internacional bastante desafiador, o processo de desinflação tem sido mais lento do que o esperado, levando a uma postura mais conservadora das autoridades monetárias internacionais.

Esse cenário global influenciou as dinâmicas de inflação, taxa de juros e câmbio da economia brasileira, que continuou operando sob um ambiente de política monetária restritiva, refletindo o esforço da autoridade monetária em promover a convergência da inflação para a meta. Entretanto, o cenário inflacionário brasileiro no primeiro trimestre de 2026 foi marcado por uma persistência da inflação, com projeções para o IPCA acima da meta de 3,0% durante todo o horizonte relevante da política monetária. O próprio Banco Central elevou a probabilidade de a inflação ultrapassar o teto da meta (4,5%) em 2026, refletindo um ambiente de preços ainda pressionado. Entre os fatores destacados estão a resiliência da demanda doméstica, persistência da inflação de serviços, associada ao mercado de trabalho ainda aquecido, a elevação dos preços internacionais de commodities e as pressões de custos, especialmente em itens administrados e energia.

Diante desse quadro inflacionário, o Banco Central manteve uma política monetária significativamente restritiva. A taxa Selic permaneceu em patamar elevado, 15,0% ao ano, nos meses de janeiro e fevereiro, o maior patamar desde 2006, com o início do ciclo de flexibilização monetária em março, quando a taxa caiu para 14,75%, após vários meses de estabilidade em nível elevado, atuando como principal instrumento de combate à inflação. A estratégia do Banco Central busca equilibrar dois objetivos: evitar uma desaceleração excessiva da atividade econômica e, simultaneamente, impedir que as expectativas inflacionárias se deterioresem ainda mais. Essa postura mais conservadora do Banco Central de manutenção de uma política monetária contracionista, tem sido justificada por alguns fatores, destacando-se: a necessidade de garantir a convergência da inflação à meta; desancoragem parcial das expectativas inflacionárias; e resiliência da atividade econômica, que tem limitado a queda mais rápida da inflação.

A taxa de câmbio no primeiro trimestre de 2026 mostrou relativa estabilidade, com tendência de leve apreciação do real, refletindo, entre outros fatores, o diferencial de juros elevado em relação ao exterior e fluxos de capitais favoráveis ao Brasil. O câmbio constitui uma variável macroeconômica importante para a formação da inflação, pois influencia diretamente os preços de bens importados e de insumos produtivos. Nesse período, a estabilidade cambial contribuiu para reduzir pressões inflacionárias adicionais, especialmente em bens comercializáveis. Mas o comportamento do câmbio também depende de fatores externos, como a política monetária de países avançados e o ambiente global ainda incerto, o que mantém riscos relevantes para o cenário inflacionário.

Enfim, pode-se afirmar que o cenário macroeconômico no primeiro trimestre de 2026 foi caracterizado por um processo de desaceleração moderada da economia, porém ainda convivendo com desafios relevantes no combate à inflação. A persistência das pressões inflacionárias exigiu a manutenção de juros elevados, enquanto a volatilidade cambial continuou representando um fator adicional de risco para a estabilidade de preços.

Nesse contexto, o Banco Central sinalizou que continua com uma política monetária cautelosa até que ocorram evidências mais robustas de convergência da inflação para a meta. Assim, o cenário de 2026 pode ser caracterizado por uma combinação de inflação ainda acima do objetivo oficial, juros elevados e um mercado cambial sensível às condições financeiras internacionais e domésticas. Esse conjunto de fatores explica a expectativa de crescimento mais moderado da economia brasileira ao longo do ano, estimado pelo próprio Banco Central em cerca de 1,6%.

2 Produção Agropecuária no Nordeste

2.1 Agricultura

Segundo o IBGE, a estimativa da produção nacional de grãos alcançou 350,3 milhões de toneladas, na safra 2026, crescimento de 1,2% em relação à safra passada. O resultado para a atual safra será devido, principalmente, às estimativas de crescimento dos cultivos de soja (+5,1%), que deverão incrementar 8,5 milhões de toneladas de soja. Dessa forma, a soja participa com 49,8% da produção nacional de grãos na safra de 2026, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE (Tabela 2.1). Entre os principais fatores para o bom desenvolvimento dos grãos, principalmente nas safras de verão, estão as condições climáticas, que, no geral, permanecem favoráveis (no Nordeste, nas áreas da costa leste, desde a Bahia até o Rio Grande do Norte, e no noroeste do Maranhão). No entanto, algumas áreas apresentarão clima seco e quente, com chuvas abaixo do volume normalmente observado, podendo comprometer os níveis de umidade do solo, que não serão adequados para o desenvolvimento das culturas (nas áreas do centro-norte da Bahia, além do oeste de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte).

Tabela 2.1 – Brasil, Nordeste e Estados selecionados: Safra de grãos (toneladas) - 2025 e 2026

Brasil e Grandes Regiões	Safra 2025		Safra 2026		Variação das Safras 2026 e 2025	
	Produção (t)	Part. (%)	Produção (t)	Part. (%)	Absoluta	Relativa (%)
Norte	22.311.415	6,4	21.455.147	6,1	-856.268	-3,8%
Nordeste	27.744.033	8,0	29.824.838	8,5	2.080.805	7,5%
Maranhão	7.462.343	2,2	7.720.262	2,2	257.919	3,5%
Piauí	5.664.321	1,6	6.553.511	1,9	889.190	15,7%
Ceará	383.447	0,1	725.248	0,2	341.801	89,1%
Rio Grande do Norte	20.529	0,0	58.849	0,0	38.320	186,7%
Paraíba	29.003	0,0	173.917	0,0	144.914	499,7%
Pernambuco	71.836	0,0	136.798	0,0	64.962	90,4%
Alagoas	166.162	0,0	174.946	0,0	8.784	5,3%
Sergipe	1.106.815	0,3	1.024.787	0,3	-82.028	-7,4%
Bahia	12.839.577	3,7	13.256.520	3,8	416.943	3,2%
Sudeste	31.105.103	9,0	30.820.885	8,8	-284.218	-0,9%
Sul	86.296.876	24,9	92.385.523	26,4	6.088.647	7,1%
Centro-Oeste	178.641.397	51,6	175.874.871	50,2	-2.766.526	-1,5%
Brasil	346.098.824	100,0	350.361.264	100,0	4.262.440	1,2%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026). Nota (1): Participação das Regiões e Estados em relação ao País.

Regionalmente, o Sul apresenta o maior ganho na Safra 2026, impulsionado por pacotes tecnológicos alinhados às boas condições climáticas. Esse desempenho resulta em aumento de 6,08 milhões de toneladas na produção de grãos, avanço de 7,1% em relação à safra anterior. Em seguida, destaca-se também o crescimento da produção de grãos no Nordeste, com incremento de 2,08 milhões de toneladas, correspondente a uma alta de 7,5% frente à safra passada.

Em termos de participação regional, o Centro-Oeste permanece como o maior produtor nacional de grãos, atingindo 175,8 milhões de toneladas, o equivalente a 50,2% do total produzido no País. Na sequência, o Sul, com produção de 92,3 milhões de toneladas, responde por 26,4% da produção nacional em 2026. O Sudeste alcança 30,8 milhões de toneladas, representando 8,8% do total; o Nordeste registra 29,8 milhões de toneladas, com participação de 8,5%; e o Norte, com produção de 21,4 milhões de toneladas, participa com 6,1% do total de grãos produzidos no Brasil.

Quanto à produção nacional de grãos, os resultados para a Safra 2026 são bastante promissores para as culturas da mamona, soja e sorgo, que deverão crescer 11,8%, 5,1% e 3,9%, respectivamente.

Para os demais produtos agrícolas no País, destacam-se os crescimentos na produção de café (+16,0%), castanha-de-caju (+12,8%), cacau (+10,0%), fumo (+1,0%) e cana-de-açúcar (+0,7%), conforme dados da Tabela 2.2.

Tabela 2.2 – Principais produtos da Safra no Brasil e Nordeste (Em mil toneladas) – 2025 e 2026

Principais Lavouras	Brasil			Nordeste			Part. (%) NE / BR
	Safra 2025	Safra 2026	Var. (%)	Safra 2025	Safra 2026	Var. (%)	
Cereais, leguminosas...	346.098.824	350.361.264	1,2	27.744.033	29.824.838	7,5	8,5
Algodão	9.880.470	9.077.697	-8,1	2.089.184	2.231.669	6,8	24,6
Amendoim	1.240.240	1.150.409	-7,2	12.132	13.102	8,0	1,1
Arroz	12.651.251	11.209.599	-11,4	337.737	313.318	-7,2	2,8
Feijão	3.014.620	2.840.963	-5,8	381.499	548.165	43,7	19,3
Mamona	33.503	37.470	11,8	31.348	35.875	14,4	95,7
Milho	141.734.445	139.390.545	-1,7	8.607.096	9.504.948	10,4	6,8
Soja	166.054.076	174.587.586	5,1	16.634.331	17.619.724	5,9	10,1
Sorgo	5.399.877	5.610.643	3,9	430.844	393.489	-8,7	7,0
Trigo	7.806.842	7.194.396	-7,8	34.644	34.860	0,6	0,5
Banana	7.337.462	7.269.418	-0,9	2.676.862	2.663.071	-0,5	36,6
Batata - inglesa	4.577.847	4.200.628	-8,2	340.117	342.899	0,8	8,2
Cacau	294.842	324.194	10,0	119.063	137.369	15,4	42,4
Café	3.452.409	4.006.394	16,0	262.614	295.340	12,5	7,4
Cana-de-açúcar	702.951.752	708.105.471	0,7	55.016.183	53.986.777	-1,9	7,6
Castanha-de-caju	124.979	140.938	12,8	124.254	140.301	12,9	99,5
Fumo	813.158	821.190	1,0	47.328	30.622	-35,3	3,7
Laranja	15.682.304	15.623.525	-0,4	1.148.152	1.132.631	-1,4	7,2
Mandioca	19.809.620	19.613.693	-1,0	4.656.886	4.207.028	-9,7	21,4
Tomate	4.755.782	4.720.692	-0,7	563.348	568.352	0,9	12,0
Uva	2.209.104	2.142.071	-3,0	974.299	825.432	-15,3	38,5

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026). Nota: (1) Estão incluídos algodão herbáceo, amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, soja, girassol, sorgo, trigo e triticale.

Na Região Nordeste, a Safra 2026 deverá atingir 29,8 milhões de toneladas de grãos, representando crescimento de 7,5%, com incremento de 2,08 milhões de toneladas em relação à safra de 2025. Entre os estados com maiores aumentos absolutos, destacam-se Piauí (+889,1 mil toneladas), Bahia (+416,9 mil toneladas), Ceará (+341,8 mil toneladas), Maranhão (+257,9 mil toneladas) e Paraíba (+144,9 mil toneladas). Em seguida, aparecem Pernambuco (+64,9 mil toneladas), Rio Grande do Norte (+38,3 mil toneladas) e Alagoas (+8,7 mil toneladas), conforme apresentado na Tabela 2.1.

Na Safra 2026, a Bahia deverá permanecer como o maior produtor de grãos da Região Nordeste, com produção estimada em 13,2 milhões de toneladas, o equivalente a cerca de 44,4% da produção regional. Na sequência, destaca-se o Maranhão, com previsão de 7,7 milhões de toneladas, aproximadamente 25,9% do total regional; e o Piauí, com 6,5 milhões de toneladas, correspondendo a 22,0% da produção nordestina de grãos.

No Nordeste, as estimativas para as produções de soja e milho são de 17,6 milhões e 9,5 milhões de toneladas, respectivamente, para a Safra 2026. Essas culturas deverão impulsionar a produção regional de grãos, com incrementos de 985,3 mil toneladas para a soja e 897,8 mil toneladas para o milho em relação à safra passada.

Quanto ao crescimento da produção de grãos no Nordeste, o feijão deverá apresentar o maior avanço, com alta de 43,7% frente à safra anterior. Na sequência, destacam-se mamona (+14,4%), milho (+10,4%), amendoim (+8,0%), algodão (+6,8%), soja (+5,9%) e trigo (+0,6%), conforme dados da Tabela 2.2.

Na produção de soja, a Bahia deverá permanecer como o maior produtor do Nordeste, com projeção de 8,9 milhões de toneladas, equivalentes a 50,6% da produção regional da oleaginosa. Com esse resultado, o estado deverá ocupar o sétimo lugar no ranking nacional em 2026. Regionalmente, o Maranhão continuará como o segundo maior produtor, com 4,6 milhões de toneladas e participação de 26,0%, seguido pelo Piauí, em terceira posição, com 4,1 milhões de toneladas, correspondentes a 23,2% da produção regional.

Na produção de milho, a Bahia deverá manter a liderança regional, com estimativa de 2,8 milhões de toneladas, o equivalente a 29,7% da produção nordestina, além de figurar como o oitavo maior produtor nacional do cereal. O Maranhão deverá permanecer como o segundo maior produtor regional de milho, com produção estimada em 2,7 milhões de toneladas, representando 29,1% do total produzido na Região Nordeste.

No Nordeste, entre as demais lavouras, tanto temporárias quanto permanentes, destacam-se os crescimentos nas produções de cacau (+15,4%), castanha-de-caju (+12,9%), café (+12,5%, em ano de bialidade positiva), tomate (+0,9%) e batata-inglesa (+0,8%), conforme apresentado na Tabela 2.2.

Em 2026, embora diversos problemas climáticos tenham afetado importantes lavouras e áreas produtoras do País, as condições climáticas têm se mostrado favoráveis à Safra 2026, especialmente para as lavouras de soja. O regime de chuvas mais intenso nesta safra deverá favorecer o bom desenvolvimento das culturas, contribuindo para crescimentos significativos e para a possibilidade de produção recorde da oleaginosa.

Além do fator climático, as negociações envolvendo a soja estão mais aquecidas, refletindo o aumento da demanda externa e as preocupações relacionadas aos estoques reduzidos.

Quanto ao consumo global de soja, a tendência é de maior direcionamento da demanda para o Brasil, em razão da elevada disponibilidade interna do produto. No entanto, esse cenário exige cautela, considerando o ambiente de oferta nacional recorde e o aumento da disponibilidade de soja na Argentina.

2.2 Pecuária

Bovinos

O abate de bovinos no Brasil cresceu 3,3% no 1º trimestre de 2026 em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo o IBGE. Com 10,2 milhões de cabeças abatidas, o País atingiu um novo recorde na série histórica iniciada em 1997 (Tabela 2.3).

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior, entre janeiro e março de 2026, o Brasil exportou 3801,9 mil toneladas de carne bovina, registrando alta de 18,4% frente ao mesmo período de 2025 e consolidando-se como o maior exportador mundial. A receita gerada foi de US\$ 4,33 bilhões, 34,3% de aumento no faturamento em comparação ao mesmo período de 2025. O aumento no abate foi induzido pela forte demanda internacional, com destaque para a China, que absorveu cerca de 48% do total exportado.

Tabela 2.3 – Número de animais abatidos e peso das carcaças de bovinos, suínos e frangos e produção de ovos de galinha - Brasil e Nordeste - 1º trimestre de 2025 e 2026

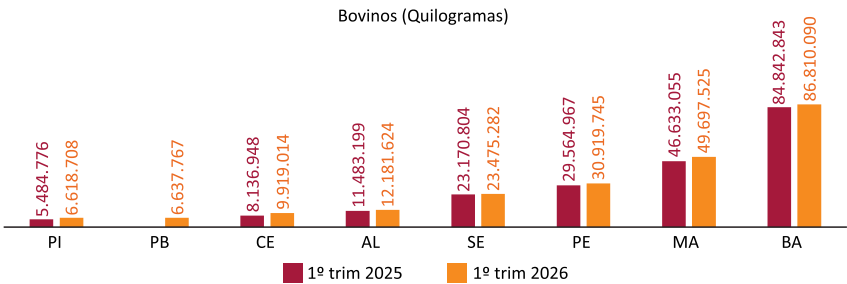
Abate de Animais, Aquisição de Leite, Aquisição de Couro Cru e Produção de Ovos de Galinha	1º trimestre de 2026			1º trimestre de 2025			Variação (%) 1º trimestre 2026 / 2025	
	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste	% NE/Br	Brasil	Nordeste
Número de animais abatidos (Número de cabeças ou carcaças)								
Bovinos	9.962.917	860.889	8,6	10.289.201	912.413	8,9	3,3	6,0
Suínos	14.477.219	170.234	1,2	15.271.782	180.290	1,2	5,5	5,9
Frangos	1.647.469.931	69.073.977	4,2	1.707.358.780	73.589.282	4,3	3,6	6,5
Peso das carcaças (Toneladas)								
Bovinos	2.507.463	215.576	8,6	2.634.899	226.260	8,6	5,1	5,0
Suínos	1.333.112	13.926	1,0	1.425.537	14.370	1,0	6,9	3,2
Frangos	3.492.399	148.081	4,2	3.734.265	166.182	4,5	6,9	12,2
Leite (Mil litros)								
Adquirido	6.608.360	607.742	9,2	6.780.958	630.446	9,3	2,6	3,7
Industrializado	6.605.446	611.571	9,3	6.775.160	629.650	9,3	2,6	3,0
Ovos (Mil dúzias)								
Produção de ovos	6.605.446	611.571	9,3	6.775.160	629.650	9,3	2,6	3,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral do Couro e Produção de Ovos de Galinha.

A Região Nordeste responde por 8,9% do abate nacional de bovinos, totalizando cerca de 912,4 mil cabeças. O volume representa um crescimento de 6,0% em comparação ao 1º trimestre de 2025, com altas expressivas no Piauí (+18,6%), Ceará (+23,9%) e Alagoas (+7,6%).

Em termos absolutos, a Região abateu 51,5 mil cabeças a mais que no período anterior, impulsionada pelo desempenho da Bahia (+16,3 mil), Ceará (+9,0 mil), Pernambuco (+7,4 mil), Maranhão (+6,7 mil) e Piauí (+5,8 mil). No ranking regional, a Bahia lidera com 38,3% de participação, seguida por Maranhão (22,2%) e Pernambuco (12,8%).

Gráfico 2.1 – Peso das carcaças de bovinos- Estados do Nordeste - 1º trimestre de 2025 e 2026



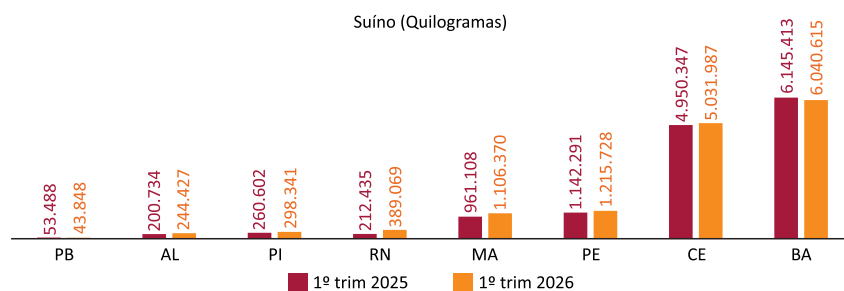
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

Suínos

No País, o abate de suínos cresceu 5,5% na comparação entre os primeiros trimestres de 2025 e 2026. Com a demanda aquecida nos mercados interno e externo, a oferta limitada causou aumentos pontuais nos preços. Dados da Secex apontam que o volume exportado no 1º trimestre de 2026 subiu 16,5% frente ao mesmo período de 2025, somando 392,2 mil toneladas.

No Nordeste, a produção cresceu 5,9%, superando a média nacional (5,5%), impulsionada pela migração do consumo diante da inflação da carne bovina. Bahia (38,6%), Ceará (33,9%) e Pernambuco (11,0%) lideram o ranking na participação regional. O Ceará destacou-se com a maior variação positiva: +2,4 mil cabeças (+4,2%).

Gráfico 2.2 – Peso das carcaças de suínos - Estados do Nordeste - 1º trimestre de 2025 e 2026



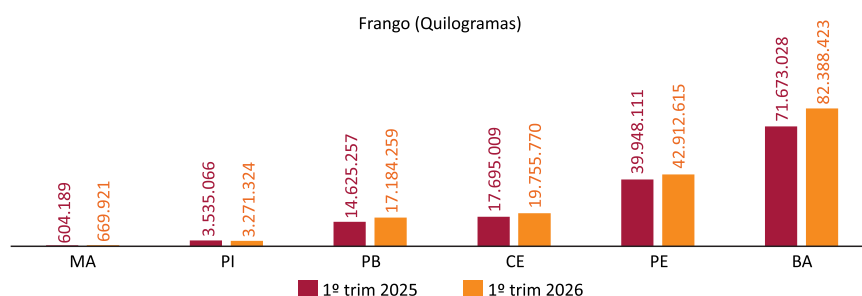
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

Frangos

No 1º trimestre de 2026, o abate nacional de frangos totalizou 3,7 milhões de toneladas, alta de 6,9% na comparação com o mesmo período do ano anterior, devido à maior demanda doméstica.

No mercado internacional, no 1º trimestre de 2026, registrou 1,45 milhão de toneladas exportadas (+5,0%), mesmo após os desafios da gripe aviária em maio. O Brasil segue como protagonista, respondendo por quase 35% das vendas mundiais (USDA).

Gráfico 2.3 – Peso das carcaças de frangos- Estados do Nordeste - 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

O cenário para o abate de frangos no Nordeste foi favorável no 1º trimestre de 2026. O peso total das carcaças subiu 12,2% (+18,1 mil de toneladas) em comparação ao mesmo período do ano anterior, totalizando 166,1 mil toneladas.

O resultado foi impulsionado pelo crescimento na Bahia e em Pernambuco, com acréscimos de 10,7 mil e 2,9 mil toneladas, respectivamente. A Bahia, maior produtora regional (49,6% de participação), produziu 82,3 mil toneladas, diante do crescimento expressivo de 15,0% ante ao mesmo período do ano anterior. Pernambuco, segundo maior produtor (25,8%), atingiu 42,9 mil toneladas, aumento de 7,4% frente o 1º trimestre de 2025.

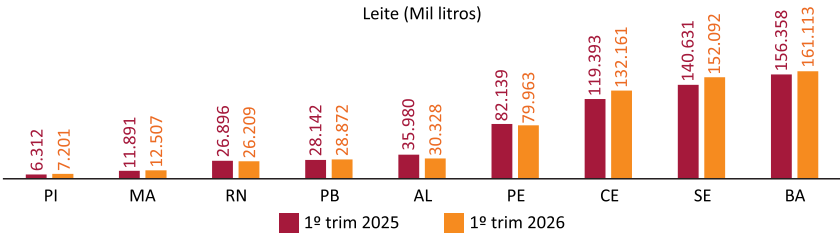
Produção de Leite

A produção nacional de leite cresceu no 1º trimestre de 2026, com alta de 2,6% na aquisição tanto do leite cru quanto do industrializado. Esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, pela forte demanda e pela valorização do produto no mercado interno.

No Nordeste, responsável por 9,3% da produção nacional, a captação de leite cru atingiu cerca de 630,4 milhões de litros. O crescimento de 3,7% superou significativamente a média brasileira, resultando em um acréscimo de 22,7 milhões de litros no 1º trimestre de 2026.

Entre os destaques estaduais em volume adicional, figuram Ceará (+12,7 milhões), Sergipe (+11,4 milhões) e Bahia (+4,7 milhões). Em termos de participação regional, Bahia lidera com 161,1 milhões de litros (25,6%), seguido por Sergipe (152,0 milhões; 24,1%) e Ceará (132,1 milhões; 21,0%).

Gráfico 2.4 – Produção de leite - Estados do Nordeste - 1º trimestre de 2025 e 2026

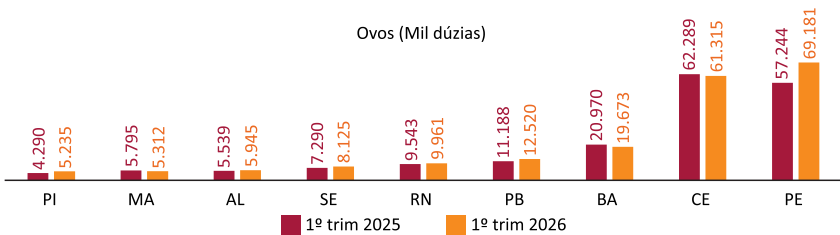


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

Produção de Ovos

A produção nacional de ovos alcançou 1,0 bilhão de dúzias no 1º trimestre de 2026, uma alta de 6,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. No Nordeste, o volume chegou a 191,9 milhões de dúzias, crescendo 7,6% na mesma base de comparação.

Gráfico 2.5 – Produção de ovos de galinha - Estados do Nordeste - 1º trimestre de 2025 e 2026



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Pesquisa Trimestral do Leite, Pesquisa Trimestral da Produção de Ovos de Galinha.

Apesar dos altos custos de produção, a demanda por ovos no Nordeste segue aquecida. Pernambuco consolidou sua liderança regional com um aumento de 11,9 milhões de dúzias em relação ao 1º trimestre de 2025. O estado agora responde por 36,0% da produção regional (69,1 milhões de dúzias), seguido pelo Ceará, que detém 31,9% do mercado (61,3 milhões de dúzias).

3 Atividade Industrial

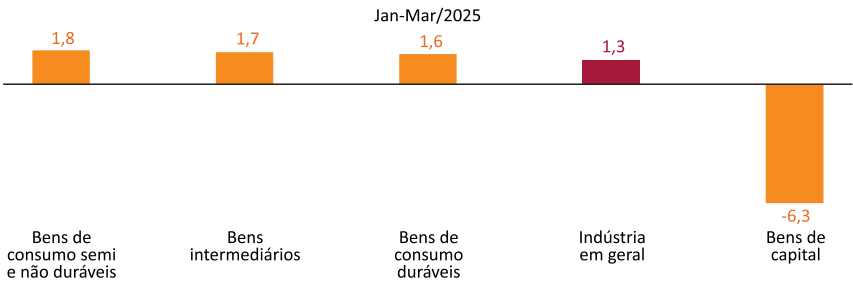
3.1 Atividade Industrial Brasil

A produção industrial assinalou relativa estabilidade (0,1%) em março de 2026, frente ao mês anterior. Foi a terceira taxa positiva do ano, acumulando neste período expansão de 3,1%. Conforme ressalta o IBGE, com esse resultado, a indústria se encontra 3,3% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020), mas ainda 13,9% abaixo do nível recorde da série histórica, de maio de 2011.

Frente a iguais períodos do ano anterior, observou-se aumento de 4,3% em março de 2026, após recuo (-0,7%) em fevereiro e relativa estabilidade em janeiro (0,2%). Assim, o primeiro trimestre fechou positivo em 1,3%. Com menor intensidade, a taxa anualizada encerrada em março (0,4%) melhorou levemente o ritmo, frente ao resultado de fevereiro (0,3%).

A taxa do 1º trimestre do ano (1,3%) refletiu o avanço em 3 das 4 grandes categorias econômicas (Gráfico 3.1): bens de consumo semi e não duráveis (1,8%), bens intermediários (1,7%) e bens de consumo duráveis (1,6%). Recuaram, no entanto, os bens de capital (-6,3%). Os bens duráveis foram principalmente impulsionados pela produção de automóveis (11,1%). Os bens intermediários, pelos produtos derivados do petróleo (0,5%) e indústria extrativa (8,7%). Por outro lado, os bens de capital recuaram (-6,3%) diante de uma base comparativa elevada (4,3% no 1ºTri de 2025).

Gráfico 3.1 – Brasil - Taxa de crescimento da produção industrial, por grandes categorias econômicas (%) – Acumulado de Jan-Mar de 2026 (Base: igual período do ano anterior)

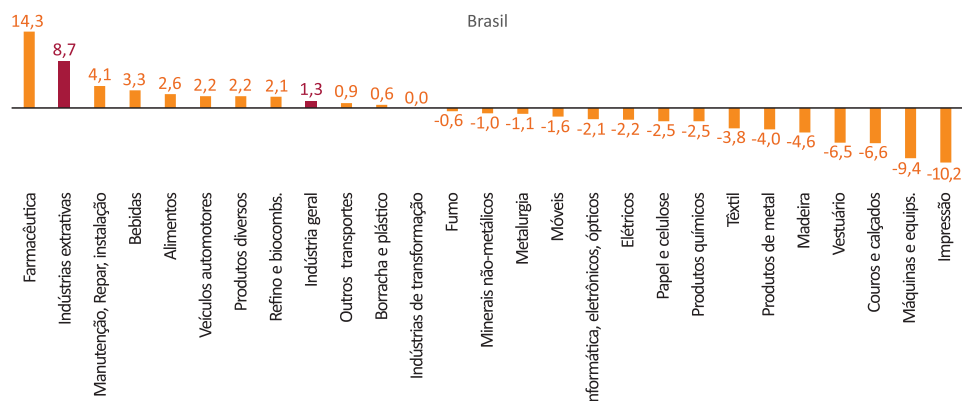


Fonte: Elaborado pelo BNB/Etene, com dados do IBGE (2026).

Destaque-se que os bens de capital vêm perdendo dinamismo e apresentando taxas negativas desde o segundo trimestre de 2025 (-2,8%). Importante termômetro das expectativas da economia, direcionado à ampliação e modernização da capacidade produtiva nacional, o desempenho deste macrossetor reflete o planejamento para aumentar a oferta produtiva do País, contribuindo para a geração de emprego e renda, mas também para fazer frente a expectativa de demanda e equilibrar variações de preços. Sua retração, em contrapartida, aponta para menor perspectiva de investimento e para o arrefecimento da dinâmica econômica no período.

Quanto ao desempenho dos setores e atividades no acumulado do ano (1,3%), houve avanço na indústria extrativa (8,7%), mas estabilidade na de transformação (0,0%), com resultados positivos alcançando apenas 9 de suas 24 atividades (Gráfico 3.2). Destaque para produtos alimentícios (2,6%), farmoquímicos e farmacêuticos (14,3%), derivados do petróleo e biocombustíveis (2,1%), veículos automotores (2,2%) e bebidas (3,3%). Dentre os registros negativos, máquinas e equipamentos (-9,4%), produtos químicos (-2,5%), produtos de metal (-4,0%), vestuário e acessórios (-6,5%), couro e calçados (-6,6%) e celulose, papel e produtos de papel (-2,5%).

Gráfico 3.2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Brasil – Acumulado de Jan-Mar de 2026 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB / Etene, com dados do IBGE (2026).

Análise do comportamento de outras variáveis da indústria nacional

Complementando a avaliação do ritmo da produção industrial, a pesquisa Sondagem Industrial da CNI fornece informações sobre o comportamento de outras variáveis que auxiliam na análise do desempenho da indústria do País. A pesquisa apontou que, em março de 2026, frente a fevereiro, o setor apresentou redução no número de empregados, embora menos intensa e disseminada do que nos meses anteriores de 2026. Por outro lado, houve crescimento na utilização da capacidade instalada (UCI) que chegou a 69%, 3 p.p. (pontos percentuais) acima da registrada no mês anterior (66%) e no mesmo patamar de março de 2025 (69%), o que sugere relativa manutenção do dinamismo neste ano, comparado ao ano anterior.

Contudo, a percepção dos empresários quanto às condições financeiras das empresas foi de maior insatisfação, na passagem do quarto trimestre de 2025 para o primeiro trimestre de 2026. Houve aprofundamento da insatisfação com a situação financeira e com o lucro operacional, além de maior dificuldade de acesso ao crédito. Destaque-se ainda o aumento expressivo no índice de evolução do preço médio das matérias-primas (alta de 10,8 pontos, passando de 55,3 no último trimestre de 2025 para 66,1 pontos no 1º trimestre de 2026). Ao se distanciar da linha divisória dos 50 pontos, o índice mostra que os empresários percebem forte aceleração da alta dos preços de seus insumos e matérias-primas. O índice é o mais elevado desde o segundo trimestre de 2022, quando o fluxo de comércio global ainda se recuperava dos efeitos da pandemia.

Dentre os principais problemas apontados pelos empresários no primeiro trimestre, estão os altos valores da carga tributária e a falta ou alto custo da matéria-prima (esta passou a ocupar a segunda colocação, diante da forte alta de assinalações - avançou de 17,3% no 4T/25, para 30,8%, no 1T/26). Na sequência, aparecem as taxas de juros elevadas, a demanda interna insuficiente e a falta de trabalhador qualificado que veio lentamente ganhando maior importância no ranking nos últimos cinco anos.

Em geral, os índices de expectativa apresentaram alta na passagem de março para abril de 2026 e todos - exportação, demanda, compra de matérias-primas e número de empregados - seguem positivos (acima dos 50 pontos, conforme metodologia da pesquisa). O patamar acima da linha divisória dos 50 pontos expressa a expectativa de crescimento destas variáveis para os próximos seis meses. Contudo, o índice de intenção de investimento recuou em abril, demonstrando menor intensidade na decisão de investir, mas aos 53,7 pontos, se manteve acima da média histórica da série (52,6 pontos).

3.2 Atividade Industrial Nordeste

No mês de março de 2026, a indústria do Nordeste cresceu acima da média nacional em praticamente todas as bases de comparação (Tabela 3.1): em relação ao mês anterior (1,7%, contra 0,1% nacional), em relação a março de 2025 (9,9%, contra 4,3%), no acumulado do 1º trimestre (3,3% e 1,3%, respectivamente) e na taxa anualizada encerrada em março de 2026 (1,1% e 0,4%, respectivamente).

Tabela 3.1 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil e Nordeste – Mês de referência: março de 2026

Locais	Março 2026/ Fevereiro 2026	Março 2026/ Março 2025	Acumulado Janeiro-Março	Acumulado nos Últimos 12 Meses
Brasil	0,1	4,3	1,3	0,4
Nordeste	1,7	9,9	3,3	1,1

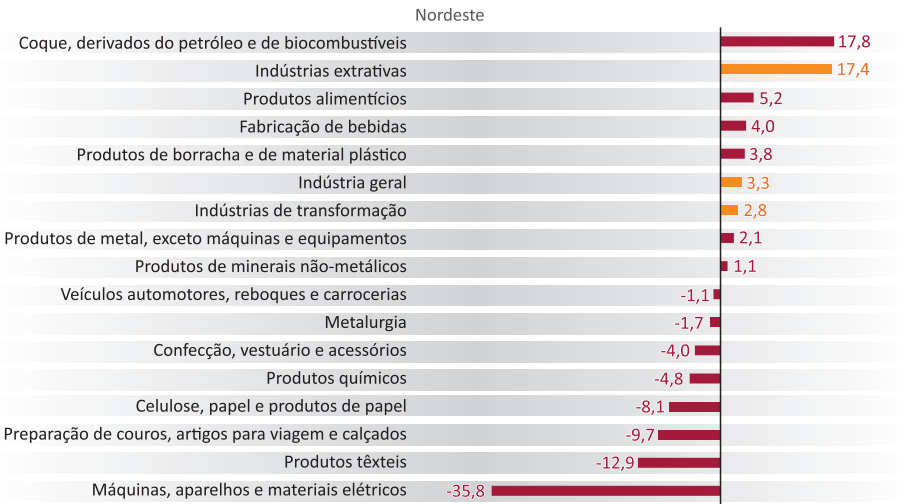
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026).

Apesar do avanço, comparando a atual dinâmica industrial com a exatamente anterior à pandemia (fevereiro de 2020), observa-se ainda significativa defasagem na indústria da Região: a produção em março de 2026 foi 16,8% menor do que a realizada antes da crise sanitária. Já em âmbito nacional, a produção superou em 3,3% a produção observada em fevereiro de 2020.

O Nordeste (3,3%) registrou a sexta maior taxa do país, figurando entre os 9 dos 18 locais divulgados pela pesquisa do IBGE que ficaram no positivo, no acumulado do ano. Contudo, refletiu o crescimento de apenas um de seus estados, Pernambuco (29,6%).

Dentre as seções e atividades regionais (Gráfico 3.3), houve aumento da produção na indústria extrativa (17,4%) e em 6 das 14 atividades pesquisadas da indústria de transformação, com destaque para refino e biocombustíveis (17,8%) e alimentos (5,2%). Em contraposição, pesaram, principalmente, máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-35,8%) e couro e calçados (-9,7%).

Gráfico 3.3 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) – Nordeste – Acumulado janeiro-março de 2026 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026).

Análise do comportamento de outras variáveis da indústria regional

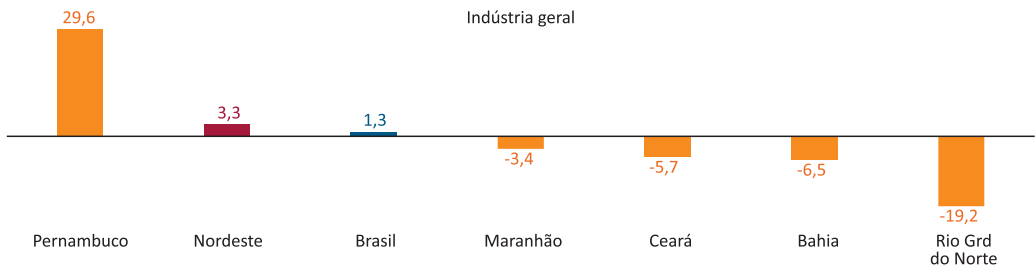
Buscando complementar a percepção sobre o desempenho da indústria local, os dados da pesquisa Sondagem Industrial da CNI apontam que, na passagem de fevereiro para março de 2026, apesar do crescimento na produção, houve redução no número de empregados, porém, de forma menos intensa do que já vinha acontecendo ao longo do ano. A utilização da capacidade instalada (UCI) da indústria do Nordeste também melhorou na passagem de fevereiro para março, passando de 68% para 69%. Adicionalmente, na avaliação dos empresários da Região, a situação financeira piorou no 1º trimestre do ano, frente ao trimestre anterior: ficaram mais intensas, a insatisfação com o lucro operacional, a dificuldade de acesso ao crédito e a percepção de aumento no preço das matérias-primas.

Apesar dos resultados relativamente conflitantes, melhoraram os índices de expectativa dos empresários do Nordeste que, em sua maioria, ficaram mais otimistas para os próximos 6 meses. Ganharam otimismo, na passagem de março para abril de 2026, as expectativas de demanda, de exportação e de compra de matérias-primas. O índice de expectativa do número de empregados passou de redução para manutenção, no período. Apenas o índice de expectativa de investimentos diminuiu, indicando menor intenção de investimento na passagem de março para abril (passou de 59,5 para 59,1 pontos), mas ainda bem acima da média histórica da série regional (54,6 pntos).

3.3 Atividade Industrial nos Estados do Nordeste

No primeiro trimestre de 2026, a indústria regional (3,3%) registrou redução em 4 dos 5 estados do Nordeste divulgados pela pesquisa do IBGE (Gráfico 3.4). Apenas Pernambuco avançou (29,6%), se destacando com a maior taxa nacional acumulada. Por outro lado, os demais 4 estados da Região figuraram entre as menores taxas acumuladas do país: Maranhão (-3,4%), Ceará (-5,7%), Bahia (-6,5%) e Rio Grande do Norte (-19,2%).

Gráfico 3.4 – Taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil, Nordeste e estados do Nordeste – Acumulado janeiro-março de 2026 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração Etene/BNB, com dados do IBGE (2026).

Assim como na média regional, o desempenho do setor de refino e biocombustível tem sido determinante para o desempenho industrial dos estados da Região, seja positiva, seja negativamente.

No campo positivo, merece destaque o resultado de Pernambuco que apresentou a maior taxa acumulada do país (29,6%), graças ao avanço de 840,9% no segmento de Refino (Tabela 3.2). Explica o IBGE que a elevação resulta da reduzida base de comparação (-89,8% no 1º trimestre de 2025) já que algumas plantas desse setor se encontravam paralisadas, no mesmo período do ano passado. Embora o forte crescimento no setor de refino se sobressaia no desempenho industrial do Estado, vale destacar que praticamente todas as atividades da indústria pernambucana (11 de 12 atividades) registraram crescimento no 1ºTri de 2026, como produtos químicos (11,0%) e metalurgia (39,6%). A única exceção foi produtos de metal (-13,3%).

O Refino foi também a maior influência positiva (12,3%) na taxa acumulada do Ceará (-5,7%), mas foi suplantado pela disseminação de resultados negativos que atingiu 8 de suas 11 atividades industriais, com destaque para alimentos (-7,8%), máquinas e materiais elétricos (-31,2%), e couro e calçados (-4,9%).

Tabela 3.2 – Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades – Brasil, Nordeste e estados do Nordeste – Acumulado de janeiro-março de 2026 (Base: igual período do ano anterior).

	Brasil	Nordeste	Maranhão	Ceará	Rio Grd do Norte	Pernam-buco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Indústria geral	1,3	3,3	-3,4	-5,7	-19,2	29,6	-6,5	1,1	22,6
Indústrias extrativas	8,7	17,4	-45,6	-	-9,5	-	4,0	4,1	36,2
Indústrias de transformação	0,0	2,8	-0,7	-5,7	-19,9	29,6	-7,1	0,0	-2,4
Produtos alimentícios	2,6	5,2	-9,2	-7,8	-7,3	2,0	8,4	-0,1	-10,6
Bebidas	3,3	4,0	15,3	-6,3	-	4,1	-0,8	13,0	-
Produção de fumo	-0,6	-	-	-	-	-	-	-4,1	-
Produtos têxteis	-3,8	-12,9	-	-8,9	-	-	-	-	-
Confeção de vestuário e acessórios	-6,5	-4,0	-	-5,0	36,9	-	-	-	-
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-6,6	-9,7	-	-4,9	-	-	-28,7	-	-
Celulose, papel e produtos de papel	-4,6	-8,1	-19,0	-	-	2,6	-2,6	-12,2	-8,7
Coque, derivados do petróleo e de biocombustíveis	-2,5	17,8	-	12,3	-30,6	840,9	-10,2	-0,9	-
Produtos químicos	-10,2	-4,8	-	-17,7	-	11,0	-7,5	-10,9	-
Produtos de borracha e de material plástico	2,1	3,8	-	-	-	10,9	-4,9	-0,3	-
Produtos de minerais não metálicos	-2,5	1,1	4,6	2,4	-	2,9	0,7	-9,5	2,3
Metalurgia	14,3	-1,7	9,0	-11,1	-	39,6	-9,7	7,4	1,0
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	0,6	2,1	-	18,7	-	-13,3	-	-10,6	-
Máquinas, aparelhos, materiais elétricos	-1,0	-35,8	-	-31,2	-	6,4	-45,5	-16,6	-
Máquinas e equipamentos	-1,1	-	-	-	-	-	-	9,9	-
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-4,0	-1,1	-	-	-	1,2	-	3,8	-
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-2,1	-	-	-	-	45,4	-	-	-

Fonte: Elaboração Etene/BNB, com dados do IBGE (2026).

Por outro lado, o setor de refino e biocombustível foi o principal responsável pelo recuo na indústria da Bahia (-6,5%), onde diminuiu -10,2%, e do Rio Grande do Norte (-19,2%), onde recuou -30,6% (Tabela 2). Adicionalmente, em ambos os estados, se observou disseminação de resultados negativos na taxa trimestral, apontando para um quadro de maior arrefecimento na indústria em geral. Na Bahia (-6,5%) o recuo atingiu 8 das 10 atividades pesquisadas da indústria de transformação (-7,1%). Apenas o setor de alimentos (8,4%) teve influência mais significativa para amenizar o resultado. No estado potiguar (-19,2%), a retração atingiu a indústria extrativa (-9,5%) e de transformação (-19,9%), onde registrou avanço em uma única atividade: confecção e vestuário (36,9%).

Na indústria do Maranhão (-3,4%), único estado que não conta com refinaria, dentre os pesquisados, o recuo refletiu sua importante indústria extrativa (-45,6%), acompanhada por papel e celulose (-19,0%) e alimentos (-9,2%).

Na verdade, houve perda de dinamismo para a maioria dos estados do Nordeste na comparação industrial do último trimestre de 2025 com o primeiro trimestre de 2026, ambas as comparações contra iguais períodos do ano anterior: Rio Grande do Norte (de -9,0% para -19,2%), Ceará (de -1,2% para -5,7%), Bahia (de -2,1% para -6,5%), Maranhão (-2,6% para -3,4%). A exceção foi Pernambuco (2,6% para 29,6%) que influenciou a taxa média regional (-0,5% para 3,3%).

O resultado acumulado até março de 2026 reforça a defasagem industrial dos estados da Região que, em sua maioria, estão muito aquém de seus respectivos potenciais. Tendo por base a produção em março de 2026, comparada a de fevereiro de 2020 (anterior à pandemia), apenas Pernambuco conseguiu ultrapassar o patamar inicial, produzindo 1,9% a mais do que o nível observado exatamente antes da crise sanitária. Para os demais locais divulgados pelo IBGE, ainda não foi possível nem mesmo alcançar o desempenho anteriormente atingido: o Ceará produziu 13,4% a menos; a Bahia, -22,1%, e a indústria do Nordeste, como um todo, -16,8%.

A análise do primeiro trimestre do ano de 2026 aponta que o avanço industrial no Nordeste, de 3,3%, refletiu o crescimento em um único estado da Região, Pernambuco (29,6%). Ao mesmo tempo, se destaca o papel determinante do segmento de refino e biocombustível para o desempenho industrial da Região e da maioria de seus estados, seja positiva, seja negativamente. Nesse contexto, percebe-se como fundamental um esforço de redução desta dependência que deve passar pela ampliação, diversificação e modernização de cadeias produtivas locais, seja via recuperação daquelas que foram desarticuladas por um processo de desindustrialização regional, seja pela busca por novas atividades estratégicas no contexto de mudança tecnológica global.

4 Varejo

O volume de vendas do comércio varejista restrito no Brasil cresceu 2,4% no acumulado do ano até março de 2026, na comparação com o mesmo período do ano anterior, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No comércio varejista ampliado, que, além das atividades do varejo restrito, inclui veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, o volume de vendas também apresentou crescimento de 1,9% na mesma comparação.

Entre os grupos de atividades pesquisados e analisados para o Brasil, o maior crescimento foi verificado na atividade de vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+9,6%).

Considerando os estados pertencentes à Região Nordeste, todas as unidades registraram crescimento no volume de vendas no comércio varejista restrito no acumulado até março de 2026, na comparação com o mesmo período do ano anterior, com exceção do Piauí, que apresentou queda de 0,8%. Os maiores resultados foram registrados em Pernambuco (+12,9%), Rio Grande do Norte (+6,5%), Ceará (+4,5%), Bahia (+4,5%), Sergipe (+4,3%), Paraíba (+3,6%), Maranhão (+2,8%) e Alagoas (+1,8%).

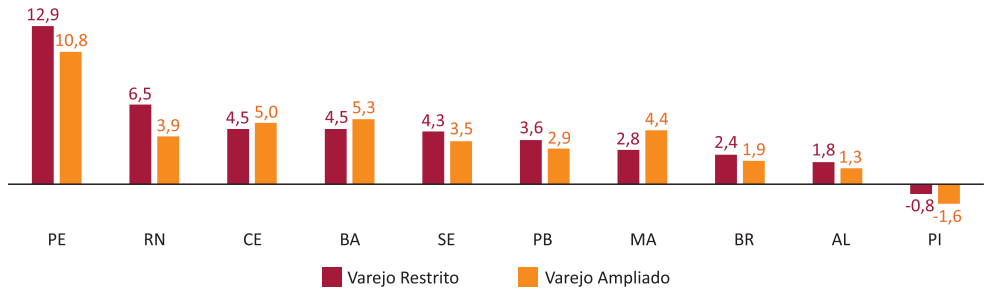
Entre os três estados do Nordeste nos quais são analisadas as atividades, os destaques positivos ficaram concentrados no estado de Pernambuco: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+23,6%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+20,8%). Outro destaque foi o crescimento de 20,9% em atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo na Bahia.

A última atualização da Pesquisa Mensal do Comércio ocorreu em 2017, tendo como referência a Pesquisa Anual do Comércio de 2014. Na ocasião, segundo o IBGE, foram selecionadas 6.157 empresas. Nos anos seguintes, foram identificadas necessidades de novas informações decorrentes de mudanças na economia e da defasagem das bases amostrais. No setor de comércio, foi identificada pelo Instituto a necessidade de ampliação do âmbito da pesquisa para englobar informações referentes ao segmento de atacado de produtos alimentícios, bebidas e fumo, os atacarejos. Até então, não eram investigadas as receitas dos supermercados classificados como comércio atacadista, e uma parte importante das vendas nesse segmento não era identificada.

O comércio varejista, com índice de 123,7 em março de 2026, completa o quarto ano consecutivo com desempenho trimestral superior ao de 2021, no período pós-pandemia. Na análise da série histórica do número-índice de março (2014-2026), observa-se que o comércio perde um pouco de força em sua trajetória ascendente. Tal situação é resultado do aumento das taxas de juros, justificado pela necessidade de controle da inflação. No entanto, verifica-se, ainda, crescimento sustentado desde 2022, ano da completa reabertura da economia e da suspensão quase total das barreiras sanitárias devido à pandemia de Covid-19. Em 2026, assim como em 2025, o crescimento continua sendo sustentado pelo aumento da renda, pelas facilidades de acesso ao crédito e pelos baixos níveis de desemprego.

Observou-se, nos últimos meses, uma mudança no foco do consumo, que passa de um cenário de orçamento mais restrito, concentrado em produtos básicos, para um momento com mais espaço para o consumo de outros tipos de produtos, como os eletrodomésticos. Tal cenário, em 2025, teve relação com o aumento do crédito, assim como com o crescimento da massa de rendimento real e da população ocupada. Com o aumento dos juros e da inflação, esse crescimento, em 2026, tende a ser mais moderado.

Gráfico 4.1 – Variação (%) do volume de varejo restrito e ampliado – Brasil e Área de Atuação do Banco do Nordeste – 1º trim 2026/2025



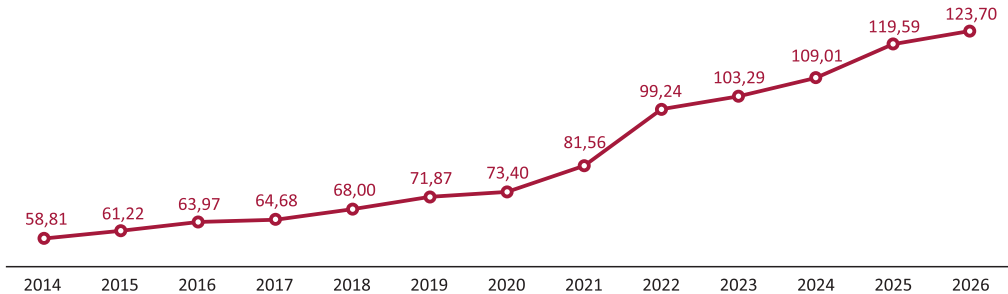
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. PMC

Tabela 4.1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados 1º trim 2026/2025.

Comércio e atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Comércio varejista	2,4	4,5	12,9	4,5
Combustíveis e lubrificantes	2,5	6,3	-5,9	8,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,8	3,0	23,6	4,4
Hipermercados e supermercados	1,8	0,4	27,9	6,0
Tecidos, vestuário e calçados	-0,4	0,6	-3,1	-15,1
Móveis e eletrodomésticos	3,9	3,1	7,5	6,4
Móveis	-3,4	-1,0	0,9	0,4
Eletrodomésticos	6,8	6,9	9,6	11,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,8	8,9	0,9	3,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,7	-3,1	14,3	-11,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	9,6	-12,8	20,8	-0,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,8	11,3	13,6	7,5
Comércio varejista ampliado	1,9	5,0	10,8	5,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	0,5	8,1	8,1	-2,3
Material de construção	-1,0	-9,2	-1,3	2,2
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	3,4	12,7	10,0	20,9

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE.

Gráfico 4.2 – Variação (%) acumulada do volume de vendas do Comércio Varejista - Brasil – Número índice março 2014 a 2026.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. PMC

Sobre a pesquisa

A PMC produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no país, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal pertence a esse segmento.

Iniciada em 1995, a PMC apresenta resultados mensais da variação do volume e da receita nominal de vendas do comércio varejista e do comércio varejista ampliado, que inclui, além do varejo restrito, veículos, motos, partes e peças, material de construção e atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo, para o Brasil e as unidades da Federação. Os resultados podem ser consultados no Sidra.

5 Serviços

O volume de serviços no Brasil registrou crescimento de 2,3% na comparação do acumulado até março de 2026 com o mesmo período do ano anterior. O dado foi divulgado pelo IBGE por meio da Pesquisa Mensal de Serviços.

O desempenho foi influenciado pelo crescimento verificado na maioria dos grupos pesquisados, a saber: serviços prestados às famílias (+1,6%), serviços de informação e comunicação (+6,3%), serviços profissionais, administrativos e complementares (+1,7%) e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (+0,3%), com exceção de outros serviços, que tiveram resultado negativo (-0,6%) na mesma comparação.

Destacam-se os resultados dos serviços de informação e comunicação (+6,3%), dos serviços de tecnologia da informação (+9,9%) e dos serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias (+10,4%).

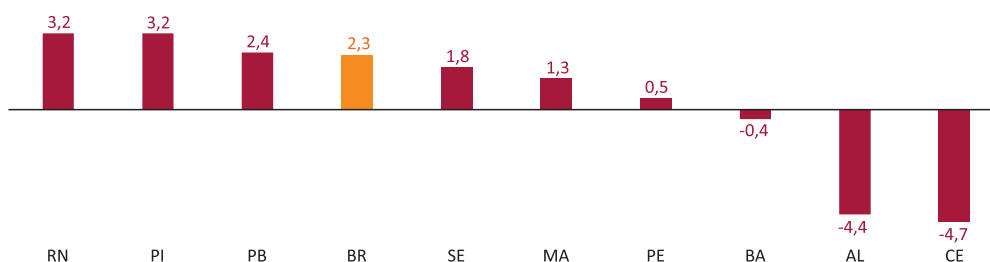
Volume de serviços nos estados do Nordeste

Na análise estadual, registrou-se crescimento acima do resultado nacional (+2,3%) em três estados do Nordeste, a saber: Rio Grande do Norte (+3,2%), Piauí (+3,2%) e Paraíba (+2,4%). Ainda com resultados positivos, têm-se Sergipe (+1,8%), Maranhão (+1,3%) e Pernambuco (+0,5%). Os estados com resultado negativo na mesma comparação foram: Bahia (-0,4%), Alagoas (-4,4%) e Ceará (-4,7%).

O IBGE analisa o desempenho das atividades em apenas três dos nove estados pertencentes à Região Nordeste. No acumulado até março, verificou-se queda em todos esses estados em serviços prestados às famílias: 1,4% no Ceará, 4,1% em Pernambuco e 4,9% na Bahia. A mesma situação foi observada em outros serviços, com queda de 9,1% no Ceará, 4,7% em Pernambuco e 11,2% na Bahia.

Conforme o Gráfico 5.2, o setor de serviços apresenta crescimento desde 2020, mas com perda de força em comparação com 2021 e 2022. Os resultados mostram crescimento quase nulo, com preocupações relacionadas ao cenário internacional e aos indicadores econômicos nacionais, a exemplo da inflação, que fez com que o Banco Central elevasse a taxa básica de juros. O setor continua em níveis acima do período pré-pandemia, mas começa a perder resiliência diante da manutenção da alta taxa básica de juros e da situação de quase pleno emprego verificada no país.

Gráfico 5.1 – Variação (%) do volume de serviços – Brasil e Estados selecionados – 1º trim 2026/2025



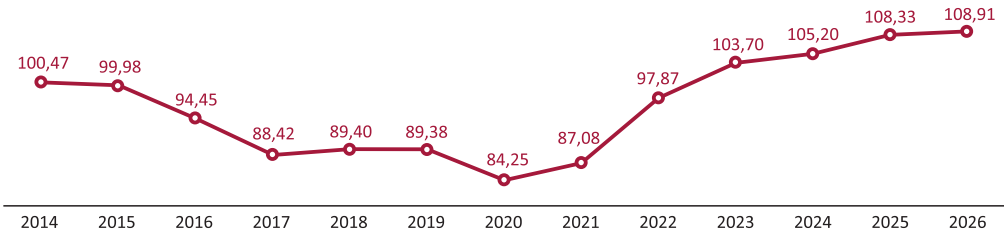
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços

Tabela 5.1 – Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades – Brasil e Estados selecionados (1)

Atividades e Subatividades *	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Serviços prestados às famílias	1,6	-1,4	-4,1	-4,9
Serviços de alojamento e alimentação	1,5	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	2,0	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	6,3	-2,9	6,7	4,3
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	5,8	-	-	-
Telecomunicações	1,6	-	-	-
Serviços de Tecnologia da Informação	9,9	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	10,4	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	1,7	-9,6	2,4	2,9
Serviços técnico-profissionais	5,0	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	-0,8	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	0,3	-0,9	-1,3	-1,1
Transporte terrestre	2,7	-	-	-
Transporte aquaviário	-5,7	-	-	-
Transporte aéreo	0,5	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	-3,6	-	-	-
Outros serviços	0,6	-9,1	-4,7	-11,2
Total	2,3	-4,7	0,5	-0,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Notas (1): Variação % do 1º trim 2026/2025. O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

Gráfico 5.2 – Índice do Volume de Serviços – Brasil – março 2014 a 2026 (2022=100).



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. Pesquisa Mensal de Serviços - 2026.

Sobre a pesquisa

A PMS produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no país, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação. Há resultados para o Brasil e todas as Unidades da Federação. Os resultados podem ser consultados no Sidra.

A pesquisa passou por atualizações na seleção da amostra de empresas, além de alterações metodológicas, com o objetivo de retratar mudanças econômicas na sociedade. São atualizações já previstas e implementadas periodicamente pelo IBGE.

6 Turismo

O setor de turismo internacional no Brasil e no Nordeste apresentou números crescentes nos últimos anos. Entretanto, o atual momento geopolítico, como o conflito do Oriente Médio, está começando a interferir na atividade por meio do aumento do custo do querosene de aviação, da alta nos preços das passagens e da procura por rotas mais seguras e próximas. No Brasil e no Nordeste, o impacto dependerá da duração e da extensão do conflito; contudo, os efeitos econômicos e logísticos já começam a ser sentidos.

Segundo dados da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), o Brasil recebeu 3.742.374 visitantes no período de janeiro a março de 2026, registrando leve crescimento de 0,1%, comparativamente ao mesmo período de 2025 (Tabela 6.1). O transporte aéreo foi o principal modal de acesso ao país, seguido dos modais terrestre e marítimo. Foram computadas as pessoas que residem fora do Brasil, tanto estrangeiros quanto brasileiros que vivem no exterior.

A Argentina foi o principal emissor de turistas ao Brasil, com 1.648.213 chegadas no trimestre. Em segundo lugar está o Chile (324.193 chegadas internacionais), seguido pelos Estados Unidos (231.767), pelo Uruguai (230.498) e pelo Paraguai (222.474). Juntos, esses cinco países representaram 71,0% do total de chegadas de turistas internacionais.

O principal portão de entrada no país foi o estado do Rio de Janeiro (884.535 chegadas de turistas internacionais), seguido por São Paulo (866.751), Rio Grande do Sul (764.598), Santa Catarina (478.039) e Paraná (395.574).

O Nordeste recebeu, nos três primeiros meses de 2026, 219.063 turistas internacionais, registrando crescimento de 63,5%. A Bahia foi o principal portão de entrada da região, com 84.873 turistas internacionais (+24,8%), seguida por Pernambuco, com 54.219 turistas (+131,3%), e pelo Ceará, com 35.398 (+43,2%).

Tabela 6.1 – Chegadas internacionais de turistas - Brasil e Estados selecionados – Jan – mar/2026/2025

"Unidade Territorial (portão de entrada)"	Acumulado no ano		Variação (%)
	jan-mar/2025	jan-mar/2026	
Brasil	3.739.649	3.742.374	0,1
Alagoas	7.075	16.836	138,0
Bahia	68.024	84.873	24,8
Ceará	24.727	35.398	43,2
Maranhão	28	91	225,0
Paraíba	79	795	906,3
Pernambuco	23.436	54.219	131,3
Rio Grande do Norte	10.632	26.851	152,5

Fonte: Embratur. Disponível em: <https://embratur.com.br/para-o-trader/inteligencia-de-dados/paineis-de-dados/chegadas-internacionais/>. Acesso em: 15 mai. 2026. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE.

Em relação ao transporte aéreo, dados divulgados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) mostram que o desembarque de turistas internacionais e domésticos nos aeroportos brasileiros alcançou 29.910.102 passageiros, com crescimento de 9,1% no período em análise (Tabela 6.2). A movimentação doméstica (25.728.597 passageiros) representou 86,0% do total, registrando crescimento de 8,3% no primeiro trimestre de 2026 frente ao primeiro trimestre de 2025. Já o número de desembarques internacionais nos aeroportos brasileiros alcançou 4.181.505 passageiros e apresentou crescimento de 9,1%.

A região Sudeste respondeu por 54,4% (16.281.318 passageiros) do total dos desembarques no país. Na região, os desembarques internacionais representaram 78,3% (3.273.180 passageiros) do total nacional dessa modalidade, enquanto os desembarques domésticos corresponderam a 50,6% (13.008.138 passageiros) do total nacional dessa modalidade, registrando crescimentos de 9,7% e 6,5%, respectivamente.

Tabela 6.2 – Desembarque de passageiros em aeroportos, por natureza - Brasil e Regiões - Jan-mar/2026/2025

Unidade Territorial (aeroporto de destino)	Doméstico			Internacional		
	jan-mar/2025	jan-mar/2026	Variação (%)	jan-mar/2025	jan-mar/2026	Variação (%)
Brasil	23.746.190	25.728.597	8,3	3.673.976	4.181.505	13,8
Centro-oeste	2.769.551	3.015.168	8,9	112.577	118.334	5,1
Nordeste	4.623.230	5.196.646	12,4	212.342	304.395	43,4
Norte	1.275.068	1.311.101	2,8	40.737	55.470	36,2
Sudeste	12.215.620	13.008.138	6,5	2.982.663	3.273.180	9,7
Sul	2.862.721	3.197.544	11,7	325.657	430.126	32,1

Fonte: ANAC. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>. Acesso em: 15 mai. 2026.
Nota: Os dados de desembarques de passageiros internacionais incluem residentes e não-residentes no Brasil e conexões.

A região Nordeste respondeu por 18,4% (5.501.041 passageiros) do total dos desembarques no país, com aumento de 13,8%, o maior entre as regiões. Desse total, o fluxo doméstico representou 94,5% (5.196.646 passageiros), registrando crescimento de 12,4%, também o maior entre as regiões. A Bahia (29,2%), Pernambuco (25,9%) e o Ceará (15,5%) responderam por 70,6% do total dos desembarques domésticos na região, com incrementos de 14,7%, 9,6% e 13,5%, respectivamente, no período em foco (Tabela 6.3).

Já o número de desembarques internacionais nos aeroportos nordestinos aumentou 43,4%, alcançando 304.395 passageiros nesse período. A Bahia (35,0%), Pernambuco (28,0%) e o Ceará (20,2%) responderam por 83,3% desse total, registrando crescimento de 9,2%, 63,7% e 12,8%, respectivamente.

Tabela 6.3 – Desembarque de passageiros em aeroportos, por natureza - Nordeste e Estados - Jan-mar/2026/2025

"Unidade Territorial (aeroporto de destino) "	Doméstico			Internacional		
	jan-mar/2025	jan-mar/2026	Variação (%)	jan-mar/2025	jan-mar/2026	Variação (%)
Nordeste	4.623.230	5.196.646	12,4	212.342	304.395	43,4
Alagoas	358.941	394.919	10,0	8.507	17.957	111,1
Bahia	1.323.413	1.518.170	14,7	82.449	106.554	29,2
Ceará	708.710	804.325	13,5	54.620	61.611	12,8
Maranhão	203.984	242.883	19,1			-
Paraíba	233.666	258.678	10,7	201	1.352	572,6
Pernambuco	1.229.781	1.347.708	9,6	52.144	85.359	63,7
Piauí	117.995	142.132	20,5			-
Rio Grande do Norte	290.272	318.338	9,7	14.421	31.562	118,9
Sergipe	156.468	169.493	8,3			-

Fonte: ANAC. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>. Acesso em: 15 mai. 2026.
Notas: (...) Estado não recebeu voo internacional. Os dados de desembarques de passageiros internacionais incluem residentes e não-residentes no Brasil e conexões.

O setor de turismo também pode ser analisado pelo volume das atividades turísticas, medido pelo Índice de Atividades Turísticas (Iatur), divulgado na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Índice de Atividades Turísticas (Iatur) no Brasil apresentou variação negativa de 3,9% em março de 2026 ante março de 2025. Segundo a última PMS, esse resultado deveu-se, principalmente, à queda na receita de empresas que atuam nos ramos de transporte aéreo de passageiros, hotéis e locação de automóveis. Na comparação de março de 2026 frente ao mês imediatamente anterior, o índice de volume registrou retração de 4,0%, segundo resultado negativo consecutivo (Tabela 6.4).

No trimestre, o volume das atividades turísticas do país aumentou 0,9% em comparação com o mesmo trimestre de 2025. Segundo o IBGE, esse resultado foi impulsionado, sobretudo, pelos aumentos de receita obtidos por empresas dos ramos de serviços de catering, bufê e comida preparada, restaurantes, serviços de reservas relacionados a hospedagens e transporte aéreo de passageiros.

Nos estados da Região Nordeste pesquisados pelo IBGE, o Rio Grande do Norte (+6,8%) apresentou o melhor desempenho positivo nesse período, seguido pela Bahia (+1,7%) e por Alagoas (+0,1%). Por outro lado, Pernambuco (-3,6%) e Ceará (-1,7%) registraram retração no indicador acumulado das atividades turísticas.

Tabela 6.4 – Indicadores de volume das atividades turísticas - Brasil e Estados selecionados – Jan-mar/2026/2025 - Variação (%)

Unidade Territorial	Mês/mês anterior 1			Mês/mesmo mês do ano anterior			Acumulado no ano 2		
	jan/2026	fev/2026	mar/2026	jan/2026	fev/2026	mar/2026	jan/2026	fev/2026	mar/2026
Brasil	0,0	-1,5	-4,0	5,7	0,7	-3,9	5,7	3,4	0,9
Alagoas	3,6	-1,4	-9,5	5,3	6,6	-12,1	5,3	5,9	0,1
Bahia	3,4	2,4	-5,3	4,9	12,7	-11,3	4,9	8,3	1,7
Ceará	2,6	-3,4	-5,3	5,8	-1,1	-11,6	5,8	2,9	-1,7
Pernambuco	3,3	-2,4	-9,2	3,1	-1,6	-12,9	3,1	1,0	-3,6
Rio Grande do Norte	1,5	6,0	1,3	2,8	11,5	7,3	2,8	6,5	6,8

Fonte: IBGE/PMS. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8694>. Acesso em: 15 mai. 2026. Elaboração: BNB/ETENE/CGIE. Notas: 1 com ajuste sazonal; 2 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas: 1 com ajuste sazonal; 2 em relação ao mesmo período do ano anterior; 3 em relação ao período anterior de 12 meses.
Observação: O Índice de Atividades Turísticas – Iatur é construído através do agrupamento das seguintes atividades: Alojamento e alimentação; Serviços culturais, desportivos, de recreação e lazer; Locação de automóveis sem condutor; Agências de viagens e operadoras turísticas; Transportes turísticos (Transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; Trens turísticos, teleféricos e similares; Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares; Outros transportes aquaviários e Transporte aéreo de passageiros).

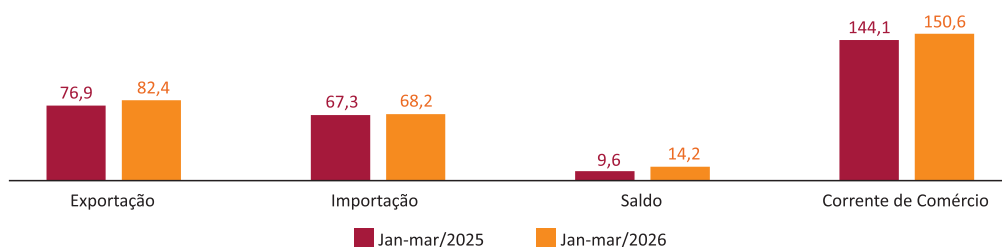
7 Comercio Exterior

7.1 Balança comercial do Brasil

O conflito entre os Estados Unidos, Israel e o Irã, iniciado no final de fevereiro de 2026, está gerando incertezas e riscos para a economia e o comércio externo global. O cenário poderá se agravar dependendo da duração e da intensidade do conflito. Essa instabilidade poderá afetar as exportações e importações nacionais e regionais, com o aumento dos preços dos insumos, principalmente das commodities agrícolas e energéticas, dos fretes e dos seguros marítimos, e exigirá a busca por novos mercados e por rotas mais seguras.

A balança comercial brasileira acumulou superávit de US\$ 14,24 bilhões no período de janeiro a março de 2026, aumento de 48,3% ante o mesmo período de 2025 (US\$ 9,61 bilhões), segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC). As exportações do país somaram US\$ 82,40 bilhões, registrando acréscimo de 7,2%. As importações totalizaram US\$ 68,16 bilhões, com aumento de 1,3% nesse período comparativo. A corrente de comércio totalizou US\$ 150,56 bilhões, com crescimento de 4,4% (Gráfico 7.1).

Gráfico 7.1 – Brasil - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio – jan-mar/2026/2025 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 25/05/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A decomposição das exportações brasileiras por setores de atividades econômicas (Tabela 7.1) mostra que, no acumulado até março de 2026, o setor agropecuário, responsável por 20,8% (US\$ 17,16 bilhões) das vendas externas, registrou aumento de 2,1% (+US\$ 0,36 bilhão), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Os principais produtos do setor foram: soja (56,0% de participação), café não torrado (17,7%), milho (8,7%), algodão em bruto (8,3%) e animais vivos, não incluídos pescados ou crustáceos (2,4%). Juntos, esses produtos respondem por 93,2% das vendas do setor. As exportações de soja (+11,2%, +US\$ 0,97 bilhão), de milho (+13,6%, +US\$ 0,18 bilhão) e de animais vivos (+56,1%, +US\$ 0,15 bilhão) apresentaram crescimento. Por outro lado, as vendas de café não torrado (-20,1%, -US\$ 0,76 bilhão) e de algodão em bruto (-8,8%, -US\$ 0,14 bilhão) registraram queda.

A indústria extrativa, com 25,5% (US\$ 21,05 bilhões) de participação nas exportações totais do país, registrou incremento de 24,0% nas vendas (+US\$ 4,07 bilhões) nesse período comparativo. Óleos brutos de petróleo foram o principal produto do setor, com 60,8% do total, e da pauta brasileira, com 15,5% de participação, registrando crescimento de 33,4% (+US\$ 3,21 bilhões) no período de janeiro a março de 2026 ante o mesmo período de 2025. Vale registrar, também, o aumento nas vendas de minério de ferro e seus concentrados (+2,3%, +US\$ 0,14 bilhão) e minérios de cobre e seus concentrados (+65,7%, +US\$ 0,63 bilhão), com participações de 29,2% e 7,5% no total do setor.

As exportações dos produtos da indústria de transformação somaram US\$ 43,73 bilhões (53,1% do total) no período, apresentando crescimento de 2,5% (+US\$ 1,05 bilhão). Registraram crescimento, entre outros, carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+37,3%, +US\$ 1,08 bilhão), ouro não monetário (+89,2%, +US\$ 1,10 bilhão), ferro-gusa, spiegel, ferro-esponja, grânulos e pó de ferro ou aço e ferro-ligas (+20,4%, +US\$ 0,25 bilhão) e carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (+8,1%, +US\$ 0,19 bilhão). Por outro lado, registraram queda as exportações de alumina (-48,5%, -US\$ 0,60 bilhão), açúcares e melaços (-19,4%, -US\$ 0,53 bilhão), celulose (-7,6%, -US\$ 0,21 bilhão), veículos automóveis de passageiros (-8,2%, -US\$ 0,10 bilhão) e óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (-2,3%, -US\$ 0,06 bilhão), entre outros.

Tabela 7.1 – Brasil - Exportação por setor de atividades econômicas - jan-mar/2026/2025 - US\$ bilhões FOB

Atividade Econômica	Jan-mar/2026		Jan-mar/2025		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	17,2	20,8	16,8	21,9	2,1
Indústria Extrativa	21,1	25,5	17,0	22,1	24,0
Indústria de Transformação	43,7	53,1	42,7	55,5	2,5
Outros Produtos	0,5	0,5	0,4	0,5	10,5
TOTAL	82,4	100,0	76,9	100,0	7,2

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 25/05/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os três principais mercados de destino dos produtos brasileiros absorveram 42,7% do total das vendas externas, no acumulado até março de 2026: China (29,1% do total), Estados Unidos (9,4%) e Argentina (4,2%). Relativamente ao mesmo período de 2025, a China aumentou suas aquisições em 22,3% (+US\$ 4,38 bilhões). Já as exportações para os Estados Unidos (-18,7%, -US\$ 1,79 bilhão) e para a Argentina (-18,4%, -US\$ 0,77 bilhão) registraram queda no período em foco.

Do lado das importações brasileiras, as categorias bens intermediários (US\$ 37,71 bilhões, 55,3% do total) e combustíveis e lubrificantes (US\$ 6,27 bilhões, 9,2% do total) apresentaram queda nas aquisições de 5,5% (-US\$ 2,19 bilhões) e 0,7% (-US\$ 0,04 bilhão) no período em análise (Tabela 7.2).

Os maiores recuos, em termos de valor, nas importações de bens intermediários foram em motores e máquinas não elétricos e suas partes (-71,4%, -US\$ 1,77 bilhão), trigo e centeio, não moídos (-41,0%, -US\$ 0,18 bilhão), óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (-15,2%, -US\$ 0,12 bilhão), e partes e acessórios dos veículos automotivos (-5,1%, -US\$ 0,11 bilhão). Por outro lado, vale ressaltar o incremento nas aquisições de adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (+23,9%, +US\$ 0,59 bilhão), pneus de borracha, bandas de rodagem intercambiáveis, flaps e câmaras de ar para rodas (+40,3%, +US\$ 0,18 bilhão), e cobre (+16,7%, +US\$ 0,13 bilhão).

Já as reduções nas importações de combustíveis e lubrificantes ocorreram, principalmente, em óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (-10,4%, -US\$ 0,18 bilhão), gás natural, liquefeito ou não (-61,7%, -US\$ 0,14 bilhão), e propano e butano liquefeito (-61,7%, -US\$ 0,14 bilhão).

As importações de bens de capital participaram com 18,0% da pauta no acumulado até março de 2026, somando US\$ 12,3 bilhões. Comparativamente ao mesmo período de 2025, cresceram 6,5% (+US\$ 0,75 bilhão). O principal produto importado foi uma plataforma flutuante para extração de petróleo no valor de US\$ 2,46 bilhões, proveniente da Coreia do Sul. Nesse mesmo período do ano passado, foi adquirida uma plataforma no valor de US\$ 2,68 bilhões, oriunda da China. Outros destaques da categoria foram as aquisições de veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (+23,2%, +US\$ 0,20 bilhão) e aeronaves e outros equipamentos, incluindo suas partes (+46,5%, +US\$ 0,23 bilhão).

As aquisições de bens de consumo (17,4% do total) somaram US\$ 11,86 bilhões, com crescimento de 24,5% (+US\$ 2,34 bilhões), com destaque para as importações de veículos automóveis de passageiros (+15,3%, +US\$ 1,21 bilhão), outros medicamentos, incluindo veterinários (+35,5%, +US\$ 0,63 bilhão), e medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (+15,3%, +US\$ 0,17 bilhão).

Tabela 7.2 – Brasil - Importação por grandes categorias econômicas - jan-mar/2026/2025 - US\$ bilhões

Grandes categorias econômicas	Jan-mar/2026		Jan-mar/2025		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	12,3	18,0	11,5	17,1	6,5
Bens intermediários	37,7	55,3	39,9	59,3	-5,5
Bens de consumo	11,9	17,4	9,5	14,2	24,5
Combustíveis e lubrificantes	6,3	9,2	6,3	9,4	-0,7
Bens não especificados anteriormente	0,0	0,1	0,0	0,0	331,8
TOTAL	68,2	100,0	67,3	100,0	1,3

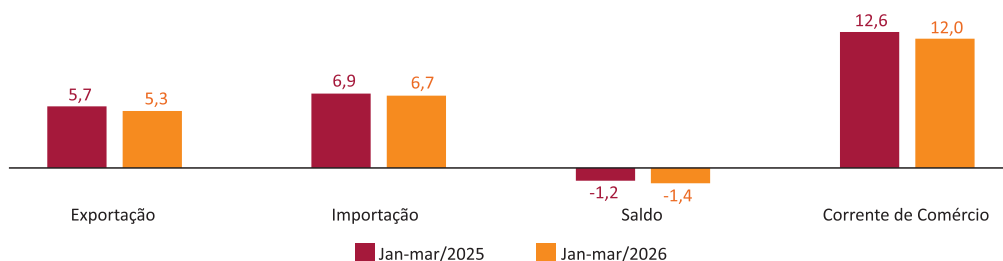
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 25/05/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os principais países de origem das importações brasileiras, no período de janeiro a março de 2026, foram responsáveis por 45,7% das aquisições: China (26,3% do total), Estados Unidos (13,5%) e Coreia do Sul (5,9%). Frente ao mesmo período de 2025, as aquisições oriundas da China (-6,0%, -US\$ 1,14 bilhão) e dos Estados Unidos (-11,1%, -US\$ 1,14 bilhão) registraram queda. Já as compras provenientes da Coreia do Sul cresceram 194,4% (+US\$ 2,67 bilhões), devido à aquisição de uma plataforma de petróleo pela Petrobras.

7.2 Balança comercial do Nordeste

As exportações nordestinas totalizaram US\$ 5.306,1 milhões, no acumulado até março de 2026, queda de 7,4% (-US\$ 425,6 milhões), relativamente a igual período de 2025 (Gráfico 7.2). As importações também recuaram em 2,7% (-US\$ 187,0 milhões), somando US\$ 6.729,1 milhões, nesse intervalo. A balança comercial nordestina, portanto, registrou déficit de US\$ 1.423,0 milhões e a corrente de comércio atingiu US\$ 12.035,3 milhões.

Gráfico 7.2 – Nordeste: Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio jan-mar/2026/2025 - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 25/05/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

A análise das exportações nordestinas mostra que todos os setores de atividades econômicas registraram queda nos primeiros três meses de 2026, ante mesmo período de 2025 (Tabela 7.3). Na Agropecuária (US\$ 1.248,8 milhões, 23,5% da pauta) houve queda 8,9% (-US\$ 122,7 milhões). Os recuos mais significativos, em termos de valor, foram nas vendas de Café não torrado (-50,2%, -US\$ 73,8 milhões), Soja (-7,8%, -US\$ 47,3 milhões), Milho (-37,2%, -US\$ 21,7 milhões) e Algodão em bruto (-5,2%, -US\$ 15,3 milhões). Por outro lado, vale salientar a crescimento nas exportações de Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (+27,1%, +US\$ 51,4 milhões).

Já na Indústria Extrativa, as exportações dos produtos do setor decresceram 10,8% (-US\$ 38,0 milhões), atingindo US\$ 313,3 milhões (5,9% das vendas externas totais), no período em análise, devido, principalmente, à redução nas vendas de Minério de ferro e seus concentrados (-80,1%, -US\$ 41,0 milhões) e Óleos brutos de petróleo (-32,1%, -US\$ 21,7 milhões). Por outro lado, cresceram as vendas externas de Minérios de níquel e seus concentrados (+18,8%, +US\$ 7,3 milhões) e Minérios de cobre e seus concentrados (+7,6%, +US\$ 10,3 milhões).

As exportações dos produtos da Indústria de Transformação somaram US\$ 3.725,0 milhões, no período de janeiro a março de 2026, representando 70,2% da pauta da Região. Relativamente ao mesmo período do ano passado, registraram queda de 6,8% (-US\$ 270,5 milhões). Decresceram, nesse intervalo, as vendas de Óleos combustíveis de petróleo (exceto óleos brutos) (-20,5%, -US\$ 173,1 milhões), Açúcares e melaços (-54,4%, -US\$ 254,3 milhões), Alumina (óxido de alumínio), exceto corindo artificial (-42,8%, -US\$ 197,0 milhões), Celulose (-9,2%, -US\$ 49,6 milhões) e Cacau em pó, manteiga ou pasta de cacau (-33,0%, -US\$ 49,1 milhões), dentre outros. Vale ressaltar, no entanto, o bom desempenho das exportações de Ouro, não monetário (+106,0%, +US\$ 261,2 milhões) e de Produtos semiacabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (+292,4%, +US\$ 215,6 milhões).

Tabela 7.3 – Nordeste - Exportação por setor de atividades econômicas - jan-mar/2026/2025 - US\$ milhões FOB

Atividade Econômica	Jan-mar/2026		Jan-mar/2025		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Agropecuária	1.248,8	23,5	1.371,5	23,9	-8,9
Indústria Extrativa	313,3	5,9	351,3	6,1	-10,8
Indústria de Transformação	3.725,0	70,2	3.995,5	69,7	-6,8
Outros Produtos	19,0	0,4	13,4	0,2	42,0
TOTAL	5.306,1	100,0	5.731,7	100,0	-7,4

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 25/05/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os três principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 45,0% das vendas externas da Região, no período de janeiro a março de 2026: China (18,8%), Canadá (13,7%) e Estados Unidos (12,5%). Comparativamente a janeiro a março de 2025, registraram crescimento as vendas com destino à China (+15,7%, +US\$ 135,7 milhões) e ao Canadá (+7,7%, +US\$ 52,3 milhões), enquanto para os Estados Unidos (-3,6%, -US\$ 24,5 milhões), as exportações decresceram. Vale ressaltar, também, a significativa redução das exportações para a Argentina (-32,2%, -US\$ 145,2 milhões) e para Singapura (-54,7%, -US\$ 201,5 milhões).

Segundo as grandes categorias econômicas, as importações registraram, no período em foco, crescimento em Bens de capital (+9,2%, +US\$ 46,5 milhões) e Bens de Consumo (+81,2%, +US\$ 372,3 milhões). Por outro lado, as aquisições de Bens intermediários (-10,3%, -US\$ 386,0 milhões) e de Combustíveis e lubrificantes (-10,2%, -US\$ 223,9 milhões) decresceram.

As importações de Bens de Capital alcançaram US\$ 553,6 milhões (8,2% da pauta). Cresceram as aquisições, dentre outras, de Equipamento mecânico para manuseio, elevação, guinchos e suas partes (+192,3%, +US\$ 51,7 milhões), Máquinas de energia elétrica (exceto planta elétrica rotativa do grupo 716) e suas partes (+25,5%, +US\$ 9,3 milhões) e Aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos (+29,5%, +US\$ 6,7 milhões).

As aquisições de Bens de consumo totalizaram US\$ 830,9 milhões (12,3% da pauta). O principal produto da categoria importado, Veículos automóveis de passageiros, registrou significativo incremento de 765,0% (+US\$ 355,8 milhões).

Nas importações de Bens Intermediários (US\$ 3.361,9 milhões), 50,0% do total das aquisições, os maiores recuos foram nas aquisições de Cacau em bruto ou torrado (-53,4%, -US\$ 151,5 milhões), Óleos combustíveis de petróleo (-19,7%, -US\$ 87,9 milhões), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (-54,2%, -US\$ 81,6 milhões), Trigo e centeio, não moídos (-33,3%, -58,5 milhões). Em sentido contrário, as aquisições de Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) cresceram 28,6% (+US\$ 122,2 milhões).

Já as compras de produtos da categoria Combustíveis e lubrificantes (29,4% do total) atingiram US\$ 1.977,2 milhões. Decresceram as aquisições de Propano e butano liquefeito (-56,8%, -US\$ 98,6 milhões), Óleos combustíveis de petróleo (-6,4%, -US\$ 82,0 milhões), Gás natural, liquefeito ou não (-39,0%, -US\$ 39,2 milhões) e Óleos brutos de petróleo (-7,4%, -US\$ 38,9 milhões).

Tabela 7.4 – Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas - jan-mar/2026/2025 - US\$ milhões

Grandes categorias econômicas	Jan-mar/2026		Jan-mar/2025		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	553,6	8,2	507,1	7,3	9,2
Bens intermediários	3.361,9	50,0	3.747,9	54,2	-10,3
Bens de consumo	830,9	12,3	458,5	6,6	81,2
Combustíveis e lubrificantes	1.977,2	29,4	2.201,2	31,8	-10,2
Bens não especificados anteriormente	5,6	0,1	1,5	0,0	281,5
TOTAL	6.729,1	100,0	6.916,2	100,0	-2,7

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 25/05/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Os principais países de origem das importações nordestinas, no acumulado de janeiro/março 2026, foram: China (25,7%), Estados Unidos (21,2%) e Rússia (7,4%) que responderam por 54,2% do total. Frente a mesmo período de 2025, apresentaram aumento as aquisições oriundas da China (+33,3%, +US\$ 431,7 milhões) e da Rússia (+2,4%, +US\$ 11,7 milhões). Já as importações provenientes dos Estados Unidos (-11,3%, -US\$ 182,0 milhões) decresceram

7.3 Balança comercial dos estados nordestinos

Rio Grande do Norte (+US\$ 205,6 milhões), Piauí (+US\$ 103,4 milhões) e Bahia (+US\$ 15,2 milhões) registraram saldo positivo na balança comercial, no acumulado até março de 2026. Os demais apresentaram déficits: Pernambuco (-US\$ 1.189,3 milhões), Maranhão (-US\$ 180,5 milhões), Ceará (-US\$ 143,1 milhões), Alagoas (-US\$ 105,1 milhões), Paraíba (-US\$ 98,2 milhões) e Sergipe (-US\$ 31,0 milhões)

Tabela 7.5 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - j jan-mar/2026/2025 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var. % jan-mar 2026/ 2025	Valor	Part. (%)	Var. % jan-mar 2026/ 2025	
Maranhão	826,6	15,6	-23,0	1.007,1	15,0	8,6	-180,5
Piauí	138,2	2,6	-13,8	34,9	0,5	-63,0	103,4
Ceará	552,9	10,4	58,5	696,0	10,3	-2,4	-143,1
R G do Norte	340,8	6,4	17,3	135,2	2,0	2,4	205,6
Paraíba	32,3	0,6	-36,2	130,5	1,9	-60,2	-98,2
Pernambuco	519,2	9,8	-10,2	1.708,5	25,4	-13,8	-1.189,3
Alagoas	177,9	3,4	-45,8	283,0	4,2	24,9	-105,1
Sergipe	81,6	1,5	-31,2	112,6	1,7	-13,4	-31,0
Bahia	2.636,6	49,7	-5,2	2.621,5	39,0	10,0	15,2
Nordeste	5.306,1	100,0	-7,4	6.729,1	100,0	-2,7	-1.423,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 25/05/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

No Maranhão, as exportações totalizaram US\$ 826,6 milhões, no acumulado até março de 2026, queda de 23,0% (-US\$ 247,6 milhões), ante o acumulado até março 2025. As vendas dos produtos da Agropecuária (25,8% do total), da Indústria Extrativa (0,02% da pauta) e da Indústria de Transformação (74,2%) recuaram 26,9%, 99,6% e 17,7%, respectivamente, com destaque para Soja (-26,1%, -US\$ 61,3 milhões), Celulose (-8,1%, -US\$ 14,3 milhões) e Alumina (-42,8%, -US\$ 197,0 milhões). Vale ressaltar que nesse primeiro trimestre, praticamente, não houve exportações de Minério de ferro. Por outro lado, as importações (US\$ 1.007,1 milhões) cresceram 8,6% (+US\$ 79,9 milhões), devido, sobretudo, ao aumento nas aquisições de Bens Intermediários (+29,5%, +US\$ 73,79 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (+1,0%, +US\$ 6,8 milhões) que representaram 32,2% e 65,6% da pauta, respectivamente.

O Estado do Piauí registrou exportações no valor de US\$ 138,2 milhões, queda de 13,8% (-US\$ 22,2 milhões), nesse período comparativo. Os produtos da Agropecuária (84,4% do total) cresceram apenas 0,9% (+US\$ 1,2 milhões). Enquanto as vendas de Soja (+13,5%, +US\$ 10,2 milhões) e Milho não moído, exceto milho doce (29,2%, +US\$ 5,3 milhões) cresceram, as de Algodão em bruto (-69,0%, -US\$ 11,9 milhões) decresceram. Já as vendas da Indústria Extrativa (5,8%) e Indústria de Transformação (9,7%) decresceram 41,5% (-US\$ 5,7 milhões) e 56,5% (-US\$ 17,5 milhões), respectivamente da devido, principalmente, a redução nas vendas de Minério de ferro e seus concentrados (-42,7%, -US\$ 5,7 milhões) e à falta de embarque de Farelos de soja e outros alimentos para animais e de Medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários. As importações regrediram 63,0% (-US\$ 59,3 milhões), alcançando US\$ 34,9 milhões, devido, principalmente, à queda nas aquisições de Bens de Capital (-62,6%, -US\$ 12,9 milhões) e Bens Intermediários (-66,8%, -US\$ 48,2 milhões) que representaram 22,1% e 68,7% do total.

No Estado do Ceará, as exportações atingiram o valor de US\$ 552,9 milhões, incremento de 58,5% (+US\$ 204,1 milhões), devido, principalmente, ao acréscimo de 72,4% (+US\$ 197,6 milhões) nas vendas

dos produtos da Indústria de Transformação (85,1% da pauta) com o aumento de 64,4% dos Produtos ferro ou aço. Vale ressaltar, também, o aumento das exportações da Agropecuária (11,1% da pauta) e da Indústria Extrativa (3,4%) de 10,7% (+US\$ 6,0 milhões) e 5,2% (+US\$ 0,9 milhão). As importações somaram US\$ 696,0 milhões, ligeira queda de 2,4% (-US\$ 17,5 milhões), com a redução de 21,4% (-US\$ 16,5 milhões) nas aquisições de Bens de Capital (8,7% da pauta) e de 9,1% (-US\$ 40,5 milhões) nas de Bens Intermediários (58,1%). Por seu turno, as compras externas de Bens de Consumo (5,7%) e de Combustíveis e Lubrificantes (27,5%) aumentaram 35,0% (+US\$ 10,2 milhões) e 17,6% (+US\$ 28,7 milhões).

No Rio Grande do Norte, as exportações alcançaram US\$ 340,8 milhões, aumento 17,3% (+US\$ 50,2 milhões). Todos os setores econômicos registraram desempenho positivo: Agropecuária (+4,6%, +US\$ 4,2 milhões), Indústria Extrativa (+68,0%, +US\$ 5,8 milhões) e Indústria de Transformação (+21,1%, +US\$ 40,1 milhões) que responderam por 27,8%, 4,2% e 67,6%, respectivamente, da pauta de exportação do Estado. O destaque foram as exportações de Ouro, não monetário, no valor de US\$ 89,5 milhões, que não ocorreram no primeiro trimestre de 2025. As importações (US\$ 135,2 milhões) cresceram 2,4% (+US\$ 3,2 milhões). Enquanto as aquisições de Bens Intermediários (67,7% do total) aumentaram 28,3% (+US\$ 20,2 milhões), as de Combustíveis e Lubrificantes (9,3%) decresceram 59,2% (-US\$ 18,3 milhões).

As exportações da Paraíba somaram US\$ 32,3 milhões, queda de 36,2% (-US\$ 18,3 milhões), no período em análise, devido, principalmente, a redução de 41,5% (-US\$ 19,0 milhões) nas vendas dos produtos da Indústria de Transformação (82,9% da pauta), principalmente, de Açúcares e melações recuaram 93,9% (-US\$ 1,6 milhões). As importações (US\$ 130,5 milhões) decresceram 60,2% (-US\$ 197,7 milhões), motivada pelas reduções de 37,9% (-US\$ 10,0 milhões) nas aquisições de Bens de Capital (12,5% da pauta), de 40,5% (-US\$ 67,1 milhões) nas de Bens Intermediários (75,5%) e de 96,8% (-US\$ 123,3 milhões) em Combustíveis e Lubrificantes. Apenas as compras de Bens de Consumo (8,1%) cresceram 20,3% (+US\$ 1,8 milhões).

Em Pernambuco, as exportações totalizaram US\$ 519,2 milhões, no período de janeiro a março de 2026, valor 10,2% (-US\$ 59,2 milhões) inferior ao registrado em mesmo período de 2025. Os produtos da Indústria de Transformação (87,9%) recuaram 15,3% (-US\$ 82,3 milhões) com destaque para Açúcares e melações (-59,6%, -US\$ 98,9 milhões) e Veículos automóveis para transporte de mercadorias e usos especiais (-15,5%, -US\$ 11,92 milhões). Por outro lado, vale ressaltar o crescimento das exportações de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (+41,2%, +US\$ 20,5 milhões) e Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (+155,9%, +US\$ 19,7 milhões). As importações totais, US\$ 1.708,5 milhões, recuaram 13,8% (-US\$ 272,8 milhões), com a redução nas aquisições de Bens Intermediários (-3,8%, -US\$ 34,8 milhões), de Bens de Consumo (-5,3%, -US\$ 13,9 milhões) e Combustíveis e Lubrificantes (-38,0%, -US\$ 251,6 milhões) que representaram 51,8%, 14,6% e 24,0%, respectivamente, do total da pauta importadora. Por outro lado, as aquisições de e Bens de Capital (9,5%) cresceram 20,1% (US\$ 27,1 milhões).

Em Alagoas, as exportações alcançaram US\$ 177,9 milhões, registrando queda de 45,8% (-US\$ 150,3 milhões). As vendas dos produtos da Agropecuária (1,3% da pauta), da Indústria Extrativa (18,2%) e da Indústria de Transformação (80,2%) decresceram 42,6% (-US\$ 1,7 milhões), 39,7% (-US\$ 21,4 milhões) e 47,1% (-US\$ 127,2 milhões), com destaque para Tabaco em bruto (-45,7%, -US\$ 1,5 milhões), Minérios de cobre e seus concentrados (-39,7%, -US\$ 21,4 milhões) e Açúcares e melações (-47,6%, -US\$ 126,1 milhões). Já as importações (US\$ 283,0 milhões) cresceram de 24,9% (+US\$ 56,4 milhões), com o aumento, principalmente, nas aquisições de: Bens de Capital (+50,3%, +US\$ 15,3 milhões), de Bens Intermediários (+26,8%, +US\$ 29,3 milhões) e de Bens Consumo (+9,0%, +US\$ 7,8 milhões) que responderam por 16,0%, 49,0% e 33,4% do total.

Sergipe exportou US\$ 81,6 milhões, registrando queda de 31,2% (-US\$ 37,1 milhões). Esse resultado decorreu, principalmente, da redução nas vendas de Óleos brutos de petróleo (-39,5%, -US\$ 26,6 milhões) da Indústria Extrativa (50,1% da pauta) e de Sucos de frutas ou de vegetais (-51,9%, -US\$ 20,8 milhões) da Indústria de Transformação (49,6%). As importações (US\$ 112,6 milhões) regrediram 13,4% (-US\$ 17,4 milhões), devido, principalmente, à queda nas aquisições de Bens Intermediários (-15,5%, -US\$ 8,9 milhões), Bens de Consumo (-66,1%, -US\$ 2,5 milhões) e de Combustíveis e Lubrificantes (-45,7%, -US\$ 27,8 milhões) que contribuíram com 43,1%, 1,1% e 29,3% do total das compras externas. Por outro lado, as importações de Bens de Capital, 26,5% do total, cresceram 269,0% (+US\$ 21,7 milhões).

Na Bahia, as exportações alcançaram US\$ 2.636,6 milhões, queda de 5,2% (-US\$ 145,3 milhões). As vendas externas dos produtos da Agropecuária (26,7% do total) e da Indústria de Transformação (65,6%) registraram queda de 9,4% (-US\$ 73,0 milhões) e 6,5% (-US\$ 120,6 milhões). Os maiores recuos foram

em Café não torrado (-50,2%, -US\$ 73,8%, milhões), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos) (-25,1%, -US\$ 156,1 milhões) e Celulose (-9,8%, -US\$ 35,3 milhões). Vale destacar, entretanto, o crescimento de 71,6% (+US\$ 144,8 milhões) de Ouro, não monetário. As importações (US\$ 2.621,5 milhões) cresceram 10,0% (+US\$ 238,3 milhões), devido ao aumento nas compras de Bens de Capital (+11,9%, +US\$ 21,4 milhões), Bens de Consumo (+872,9%, +US\$ 369,4 milhões) e de Combustíveis e lubrificantes (+31,3%, +US\$ 157,7 milhões) que representaram 7,6%, 15,7% e 25,2% do total. Já as aquisições de Bens Intermediários, 51,4% do total, regrediram 18,7% (-US\$ 309,8 milhões).

Os principais produtos exportados e importados, bem como os principais países de destino e de origem das exportações e importações por estado da Região, nos três primeiros meses de 2026, estão discriminados nas tabelas a seguir.

Tabela 7.6 – Nordeste e Estados - Principais produtos exportados e importados - Em %– jan-mar/2026

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Alumina (óxido de alumínio)I (31,8%), Soja (21,0%), Celulose (19,7%)	Óleos combustíveis de petróleo (64,1%), Adubos ou fertilizantes químicos, exc fertilizantes brutos (23,2%), Elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos (3,7%)
Piauí	Soja (62,4%), Milho não moído, exceto milho doce (17,0%), Outras gorduras e óleos animais ou vegetais, processados, ceras, etc (7,7%)	Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, folheados ou chapeados, ou revestidos (31,0%), Máquinas agrícolas (com exceção dos tratores) e suas partes (14,2%), Produtos laminados planos de ferro ou aço não ligado, não folheados ou chapeados, ou revestidos (9,7%)
Ceará	Produtos semi-acabados, lingotes e outras formas primárias de ferro ou aço (52,3%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (10,7%), Calçados (7,6%)	Carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (16,4%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (9,4%), Trigo e centeio, não moídos (9,4%),
Rio Grande do Norte	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (35,1%), Frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (26,9%), Ouro, não monetário (26,3%)	Geradores elétricos giratórios e suas partes (27,5%), Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (8,9%), Óleos combustíveis de petróleo (exceto óleos brutos) (7,9%)
Paraíba	Calçados (52,8%), Sucos de frutas ou de vegetais (15,5%), Pedra, areia e cascalho (9,4%)	Produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (15,8%), Preparações e cereais, de farinhas, ou amido de frutas ou vegetais (10,5%), Borrachas sintéticas (6,7%)
Pernambuco	Veículos automóveis de passageiros (23,8%), Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (13,5%), Açúcares e melaços (12,9%)	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (19,7%), Partes e acessórios dos veículos automotivos (10,3%), Propano e butano liquefeito (4,4%)
Alagoas	Açúcares e melaços (78,2%), Minérios de cobre e seus concentrados (18,2%), Tabaco em bruto (1,0%)	Adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos) (3,7%), Equipamentos de telecomunicações, incluindo peças e acessórios (3,6%), Outros hidrocarbonetos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados (3,6%)
Sergipe	Óleos brutos de petróleo (50,1%), Sucos de frutas ou de vegetais (23,6%), Motores e máquinas não elétricos, e suas partes (11,2%)	Gás natural, liquefeito ou não (29,3%), Instalações e equipamentos de engenharia civil e contrutores, e suas partes (17,2%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (15,5%)
Bahia	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (17,6%), Ouro, não monetário (13,2%), Celulose (12,4%)	Óleos combustíveis de petróleo (19,1%), Óleos brutos de petróleo (18,6%), Veículos automóveis de passageiros (13,7%)
Nordeste	Soja (12,6%), Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (10,6%), Ouro, não monetário (9,6%)	Óleos combustíveis de petróleo, exceto óleos brutos (23,3%), Adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (8,2%), Óleos brutos de petróleo (7,2%)
Brasil	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (15,5%), Soja (11,7%), Minério de ferro e seus concentrados (7,5%)	Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (5,7%), Adubos ou fertilizantes químicos (4,5%), Plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes (3,7%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 25/05/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

Tabela 7.7 – Nordeste e Estados - Principais países de destino das exportações e de origem das importações – Em %– jan-mar/2026

Estados/ Nordeste/ Brasil	Principais Países de Destinos das Exportações	Principais Países de Origens das Importações
Maranhão	Canadá (30,4%), Estados Unidos (19,9%), China (17,9%)	Estados Unidos (26,8%), Rússia (22,1%), Arábia Saudita (17,4%)
Piauí	China (56,6%), Egito (15,5%), Espanha (12,3%)	China (43,4%), Estados Unidos (14,9%), Coreia do Sul (9,7%)
Ceará	Estados Unidos (43,1%), México (7,1%), Países Baixos (Holanda) (6,4%)	China (40,4%), Estados Unidos (12,5%), Colômbia (9,2%)
Rio Grande do Norte	Panamá (29,3%), Canadá (20,2%), Países Baixos (Holanda) (11,5%)	China (50,4%), Estados Unidos (12,5%), Argentina (4,4%)
Paraíba	Espanha (27,9%), Estados Unidos (13,8%), China (11,7%)	China (25,4%), Estados Unidos (24,4%), Uruguai (11,3%)
Pernambuco	Argentina (34,4%), Singapura (11,8%), China (6,4%)	China (22,5%), Estados Unidos (22,4%), Argentina (8,8%)
Alagoas	Argélia (28,2%), China (18,49%), Marrocos (12,0%)	China (59,0%), Estados Unidos (5,1%), Indonésia (3,2%)
Sergipe	Estados Unidos (65,7%), Países Baixos (Holanda) (13,7%), Bélgica (7,2%)	Estados Unidos (31,9%), Canadá (17,1%), Rússia (8,7%)
Bahia	China (25,7%), Canadá (14,9%), Países Baixos (Holanda) (6,6%)	China (27,8%), Estados Unidos (22,2%), Gabão (6,6%)
Nordeste	China (18,8%), Canadá (13,7%), Estados Unidos (12,5%)	China (25,7%), Estados Unidos (21,2%), Rússia (7,4%)
Brasil	China (29,1%), Estados Unidos (9,4%), Argentina (4,2%)	China (26,3%), Estados Unidos (13,5%), Coreia do Sul (5,9%)

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados da Secex/ME (coleta de dados realizada em 25/05/2026). Obs.: Dados referentes a meses anteriores retificados.

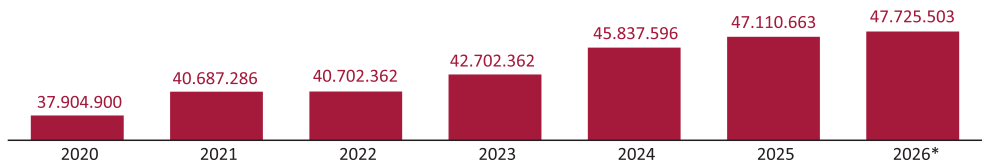
8 Mercado de Trabalho

8.1. Mercado de trabalho formal no Brasil

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os principais indicadores do mercado de trabalho formal vêm apresentando, paulatinamente, sinais de recuperação e estabilidade no País desde 2021, tendência que também se manteve ao longo dos três primeiros meses de 2026.

O Gráfico 8.1 apresenta a evolução do estoque de emprego formal no Brasil, evidenciando um padrão de crescimento mais vigoroso do mercado de trabalho a partir de 2021. No cenário mais recente, até março de 2026, observa-se uma expansão expressiva do emprego formal celetista. O nível de emprego no Brasil alcançou 47,72 milhões de vínculos celetistas ativos em 2026, representando crescimento de 1,31% em relação ao ano anterior.

Gráfico 8.1 – Brasil: Evolução do Estoque de emprego1 - 2020 a 2026*



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2026). Nota (*): Dados do acumulado até março de 2026. A variável estoque de emprego pode sofrer ajustes conforme atualização de dados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

Quanto à movimentação do emprego no País, as contratações superaram as demissões, resultando em saldo positivo de 614.840 novos postos de trabalho no acumulado do primeiro trimestre de 2026. Esse desempenho decorreu da movimentação de 7.215.933 admissões e 6.601.093 desligamentos, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Sob a perspectiva regional, observa-se que a expansão do emprego formal ocorreu de forma generalizada em todo o País. No acumulado do primeiro trimestre de 2026, as regiões Sudeste e Sul lideraram a criação de postos de trabalho, com saldos positivos de 286.750 e 162.893 vagas formais, respectivamente.

Tabela 8.1 – Brasil e Regiões: Evolução do saldo de emprego – 2020 a 2026

Brasil e Regiões	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026*
Norte	52.405	165.511	118.572	106.720	113.204	91.557	23.147
Nordeste	-13.502	505.217	379.575	293.407	327.502	349.113	52.306
Sudeste	-276.856	1.326.961	978.373	707.940	771.591	499.195	286.750
Sul	24.981	491.248	309.139	196.036	297.534	184.548	162.893
Centro-Oeste	17.811	281.778	230.886	152.516	136.354	148.346	89.561
Não identificado	5.662	11.671	-1.469	-792	33.222	308	183
Brasil	-189.499	2.782.386	2.015.076	1.455.827	1.679.407	1.273.067	614.840

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2026). Nota (*): Dados do acumulado até março de 2026.

Dessa forma, as regiões Sudeste e Sul foram responsáveis por 46,6% e 26,5%, respectivamente, do saldo de empregos gerados no País no acumulado de 2026. A Região Centro-Oeste respondeu por 14,6% do total do saldo de empregos, seguida pelo Nordeste (8,5%) e pelo Norte (3,8%).

Tabela 8.2 – Brasil: Movimentação do emprego, por Grande Região e Estados – 2026²

Brasil / Regiões / Unidades Federativas	Admitidos (a)	Desligados (b)	Saldo de empregos		Estoque de Empregos		
			Total (a-b)	Part. (%)	Total	Var. (%) (1)	Part. (%)
Norte	338.479	315.332	23.147	3,8%	2.405.764	0,97	5,0%
Rondônia	47.301	45.010	2.291	0,4%	299.017	0,77	0,6%
Acre	15.405	14.676	729	0,1%	109.460	0,67	0,2%
Amazonas	79.078	73.106	5.972	1,0%	568.954	1,06	1,2%
Roraima	13.748	12.572	1.176	0,2%	85.101	1,40	0,2%
Pará	131.986	124.381	7.605	1,2%	1.003.962	0,76	2,1%
Amapá	14.202	12.448	1.754	0,3%	105.435	1,69	0,2%
Tocantins	36.759	33.139	3.620	0,6%	233.835	1,57	0,5%
Nordeste	967.501	915.195	52.306	8,5%	7.958.144	0,66	16,7%
Maranhão	76.127	69.323	6.804	1,1%	638.132	1,08	1,3%
Piauí	44.338	38.830	5.508	0,9%	373.817	1,50	0,8%
Ceará	172.109	159.997	12.112	2,0%	1.386.740	0,88	2,9%
Rio Grande do Norte	63.141	62.724	417	0,1%	530.305	0,08	1,1%
Paraíba	68.246	68.228	18	0,0%	549.191	0,00	1,2%
Pernambuco	177.407	172.051	5.356	0,9%	1.519.000	0,35	3,2%
Alagoas	50.178	60.086	-9.908	-1,6%	443.609	-2,18	0,9%
Sergipe	41.692	39.221	2.471	0,4%	349.568	0,71	0,7%
Bahia	274.263	244.735	29.528	4,8%	2.167.782	1,38	4,5%
Sudeste	3.648.921	3.362.171	286.750	46,6%	24.306.510	1,19	50,9%
Minas Gerais	749.374	679.584	69.790	11,4%	4.929.116	1,44	10,3%
Espírito Santo	156.194	143.251	12.943	2,1%	929.149	1,41	1,9%
Rio de Janeiro	455.222	433.091	22.131	3,6%	3.827.030	0,58	8,0%
São Paulo	2.288.131	2.106.245	181.886	29,6%	14.621.215	1,26	30,6%
Sul	1.540.339	1.377.446	162.893	26,5%	8.769.162	1,89	18,4%
Paraná	577.876	521.420	56.456	9,2%	3.287.130	1,75	6,9%
Santa Catarina	501.853	442.267	59.586	9,7%	2.633.255	2,32	5,5%
Rio Grande do Sul	460.610	413.759	46.851	7,6%	2.848.777	1,67	6,0%
Centro-Oeste	719.829	630.268	89.561	14,6%	4.282.675	2,14	9,0%
Mato Grosso do Sul	119.983	105.984	13.999	2,3%	678.888	2,11	1,4%
Mato Grosso	189.655	167.631	22.024	3,6%	969.400	2,32	2,0%
Goiás	279.249	241.644	37.605	6,1%	1.578.980	2,44	3,3%
Distrito Federal	130.942	115.009	15.933	2,6%	1.055.407	1,53	2,2%
Não identificado	864	681	183	0,0%	3.248	5,97	0,0%
Brasil	7.215.933	6.601.093	614.840	100,0%	47.725.503	1,31	100,0%

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2026). Nota (1): variação em relação mês de dezembro de 2025; (2): Dados do acumulado até março de 2026.

Quanto ao estoque de emprego, todas as regiões apresentaram crescimento ao longo do 1º trimestre de 2026. Nesse período, o Nordeste contabilizou 7.958.144 vínculos ativos, configurando-se como a terceira região com maior estoque de empregos formais, com participação de 16,7% no estoque de emprego do País. A Região ficou atrás apenas do Sudeste (50,6%) e do Sul (8,2%).

No País, os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas apresentaram saldo positivo de emprego no primeiro trimestre de 2026. O setor de Serviços registrou o maior saldo líquido de postos de trabalho, com +382.973 vagas, destacando-se os segmentos de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+143.512), Educação (+76.263), Saúde humana e serviços sociais (+41.553) e Transporte, armazenagem e correio (+39.245), conforme apresentado na Tabela 8.3.

Tabela 8.3 – Brasil e Regiões: Saldo de empregos, por Grupamento de Atividades Econômicas – Acumulado do 1º trimestre de 2026¹

Grupamento de Atividades Econômicas	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Agropecuária	358	-13.966	2.346	12.892	13.636	15.253
Indústria geral	4.415	-14.923	56.262	55.950	13.104	114.819
Construção	2.169	26.394	54.614	21.891	14.924	119.944
Comércio	307	-8.065	-15.012	-565	5.022	-18.139
Serviços	15.899	62.869	188.544	72.727	42.875	382.973
Não identificado	-1	-3	-4	-2	0	-10
Total	23.147	52.306	286.750	162.893	89.561	614.840

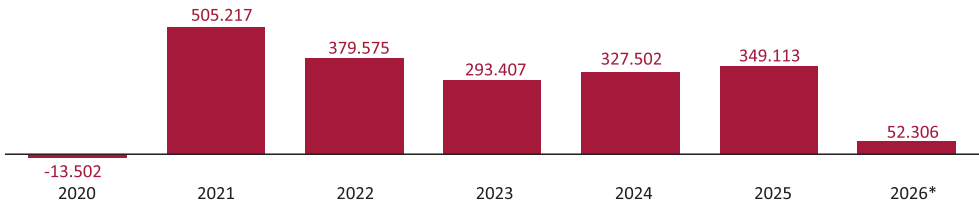
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2026). Nota (1): Dados do acumulado até março de 2026.

Para 2026, em uma perspectiva de cenário otimista, tanto em âmbito nacional quanto regional, estima-se que o estoque de emprego mantenha trajetória de crescimento. Essa tendência deverá ser sustentada, principalmente, pela recuperação econômica dos setores de Serviços e Comércio, que concentram a maior parcela do estoque de empregos formais, bem como pelo crescimento acelerado do setor da Construção, que vem registrando expansão média de 8,0% ao ano nos últimos quatro anos.

8.2 Mercado de trabalho formal no Nordeste

No primeiro trimestre de 2026, o resultado líquido do emprego formal no Nordeste foi positivo, com geração de 53.306 novos postos de trabalho. De acordo com o Gráfico 8.2, o saldo líquido observado a partir de 2021 decorre, principalmente, da recuperação econômica pós-Covid-19, especialmente nos setores de Serviços e Comércio, com efeitos relevantes sobre a geração de renda e de empregos diretos e indiretos na Região.

Gráfico 8.2 – Nordeste: Evolução do saldo de emprego – 2020 a 2026*

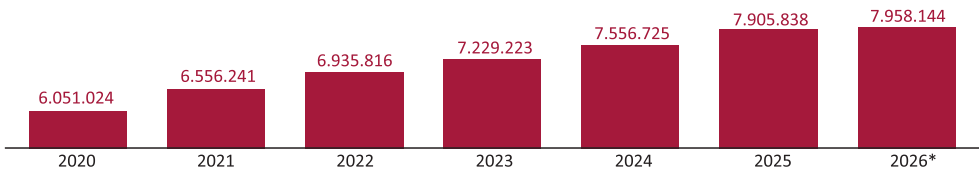


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2026). Nota (*): Dados do acumulado até março de 2026.

No Gráfico 8.3, apresenta-se a trajetória do estoque de empregos formais no Nordeste no período de 2020 a 2026. Nesse intervalo, verificou-se crescimento sustentado no nível do emprego com carteira assinada na Região Nordeste a partir de 2021. Desde então, observa-se a consolidação de uma tendência de recuperação, com registros de saldos positivos de emprego até o cenário atual.

Dessa forma, o estoque de emprego no Nordeste alcançou 7.958.144 vínculos ativos, o que representa 17,1% do estoque nacional de empregos formais. Esse resultado corresponde a uma variação de +4,38% em relação ao estoque registrado em 2024. As informações são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Gráfico 8.3 – Nordeste: Evolução do Estoque de Emprego - 2020 a 2026*



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2026). Nota (*): Dados do acumulado até março de 2026.

De acordo com os dados da Tabela 8.3, verifica-se que o resultado do emprego formal na Região Nordeste foi impactado positivamente, de forma significativa, pela retomada dos investimentos nos setores de Serviços e Construção, que lideraram a geração de postos de trabalho na Região.

No período analisado, o setor de Serviços foi o que mais gerou empregos formais no Nordeste, com saldo positivo de 62.869 vagas. Entre os segmentos, destacaram-se Atividades administrativas (+23.415), Educação (+12.262), Saúde humana e serviços sociais (+10.104) e Outros serviços (+9.981), que se sobressaíram na ampliação do quadro de trabalhadores formais. Na comparação regional, o setor de Serviços apresentou os maiores saldos no Sudeste (+188.544), no Sul (+72.727) e no Nordeste (+62.869), conforme apresentado na Tabela 8.3.

O setor da Construção registrou saldo positivo de 26.394 novas vagas formais no Nordeste no 1º trimestre de 2026. Na Região, a subatividade Construção de edifícios apresentou o resultado mais expressivo na geração de empregos formais, com +16.017 vagas, seguida por Obras de infraestrutura (+7.459) e Serviços especializados em construção (+2.918). O setor da Construção apresentou saldo positivo em todas as regiões do País, com destaque para o Sudeste (+54.614), seguido pelo Nordeste (+26.394), Sul (+21.891), Centro-Oeste (+14.924) e Norte (+2.169), de acordo com os dados da Tabela 8.3.

8.3 Mercado de trabalho formal nas Unidades Federativas do Nordeste

O mercado de trabalho formal no Nordeste manteve trajetória de crescimento em 2026. Esse desempenho refletiu-se na maioria dos estados da Região, com efeitos significativos sobre o processo de recuperação econômica regional.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), todos os estados do Nordeste apresentaram saldo positivo de empregos formais no 1º trimestre de 2026, com exceção de Alagoas, conforme dados da Tabela 8.4. Entre eles, a Bahia destacou-se com o maior saldo de empregos da Região, com geração de 29.528 postos de trabalho, seguida por Ceará (+12.112), Maranhão (+6.804), Piauí (+5.508) e Pernambuco (+5.356).

Tabela 8.4 – Nordeste e Estados: Saldo e Estoque do Emprego Formal – 2026(1)

Estados	Admitidos, Desligados e Saldo de empregos em 2026			Estoque do emprego formal - 2026		
	Admitidos	Desligados	Saldo de Emprego Formal	Estoque	Participação (%)	Variação (%) (2)
Maranhão	76.127	69.323	6.804	638.132	8,0%	1,08
Piauí	44.338	38.830	5.508	373.817	4,7%	1,50
Ceará	172.109	159.997	12.112	1.386.740	17,4%	0,88
Rio Grande do Norte	63.141	62.724	417	530.305	6,7%	0,08
Paraíba	68.246	68.228	18	549.191	6,9%	0,00
Pernambuco	177.407	172.051	5.356	1.519.000	19,1%	0,35
Alagoas	50.178	60.086	-9.908	443.609	5,6%	-2,18
Sergipe	41.692	39.221	2.471	349.568	4,4%	0,71
Bahia	274.263	244.735	29.528	2.167.782	27,2%	1,38
Nordeste	967.501	915.195	52.306	7.958.144	100,0%	0,66

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2026). Nota: (1): Dados do acumulado até março de 2026; (2) Variação percentual do estoque de emprego em relação a 2024.

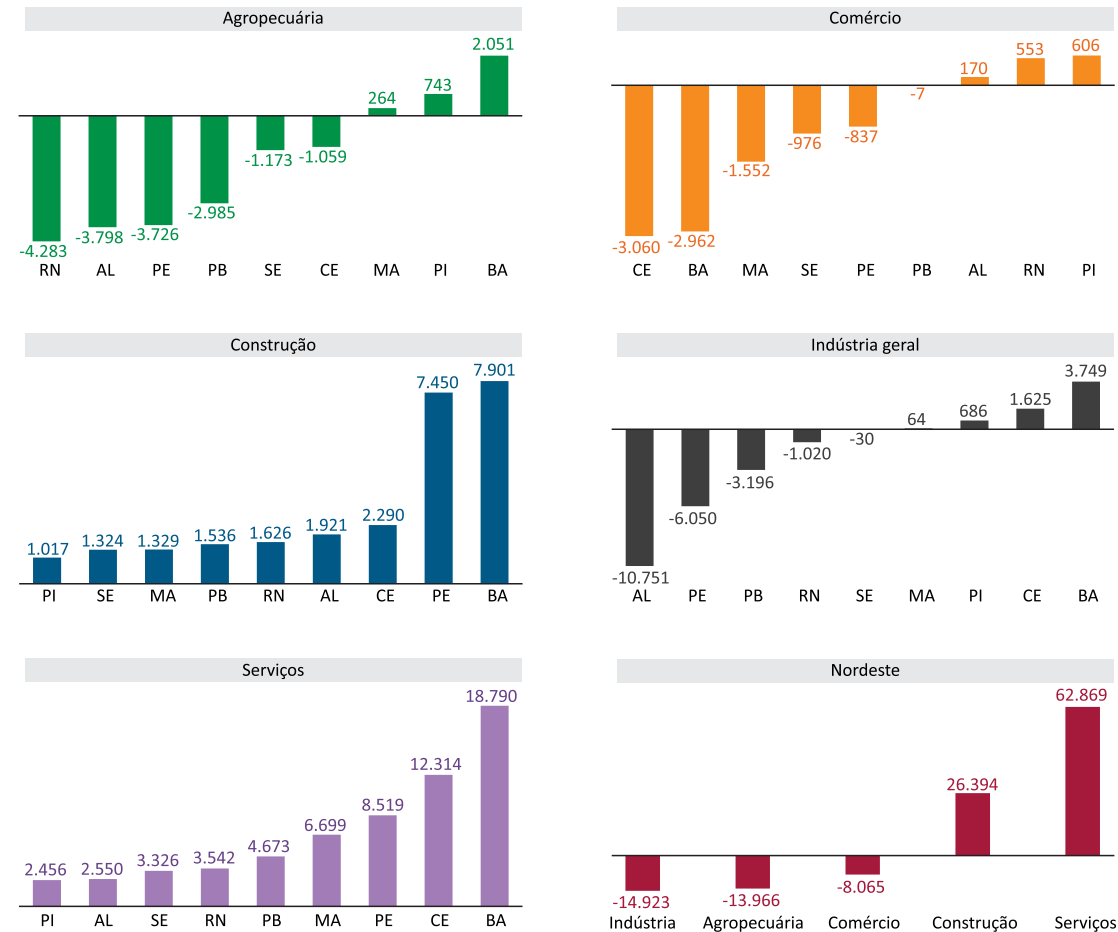
A Bahia registrou o sexto maior saldo de empregos do País, com geração de 29.528 novos postos de trabalho no 1º trimestre de 2026. Nesse período, os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas apresentaram saldo positivo de empregos no Estado, contribuindo para o maior resultado líquido da Região Nordeste. A geração de empregos foi impulsionada, principalmente, pelos setores de Serviços (+18.790), Construção (+7.901), Indústria (+3.749) e Agropecuária (+2.051).

Na Região Nordeste, por atividade econômica, destaca-se que os setores de Serviços (+62.869) e Construção (+26.394) foram os que mais ampliaram o número de postos de trabalho em 2026.

No setor de Serviços, sobressaíram-se os estados da Bahia (+18.790), Ceará (+12.314), Pernambuco (+8.519), Maranhão (+6.699) e Paraíba (+4.673), conforme dados do Gráfico 8.4.

Nesse período, a Construção também se destacou na geração de empregos nos estados da Bahia (+7.901) e de Pernambuco (+7.450), impulsionada, sobretudo, pela atividade de Construção de edifícios, que gerou 4.227 e 4.616 novos empregos formais, respectivamente.

Gráfico 8.4 – Nordeste: Saldo de emprego, por Grupamento de Atividades Econômicas – 2026*

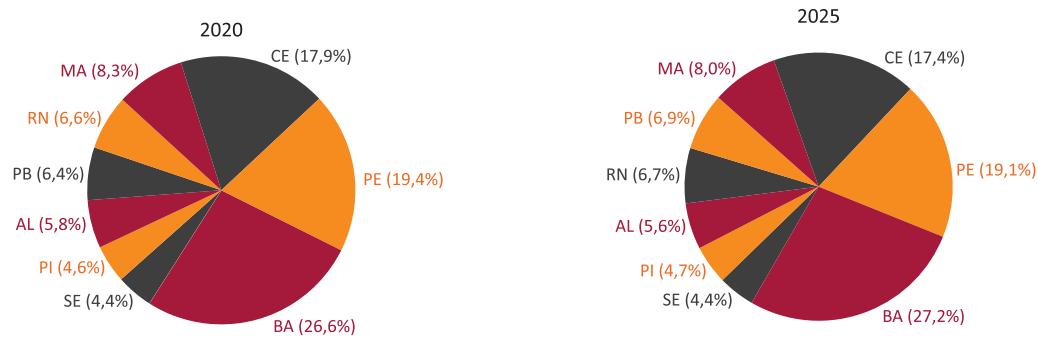


Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2026). Nota: (*): Dados do acumulado até março de 2026.

Nos estados da Região Nordeste, em relação ao crescimento do estoque de empregos formais, a Paraíba registrou aumento de 1,5% frente ao estoque do ano anterior, desempenho superior ao observado no País (+1,31%) e no Nordeste (+0,66%). Nessa comparação, Bahia (+1,38%), Maranhão (+1,08%), Ceará (+0,88%) e Sergipe (+0,71%) também apresentaram crescimento do estoque de empregos acima da média regional.

Assim, no primeiro trimestre de 2026, a distribuição do estoque de empregos entre os estados nordestinos permaneceu concentrada na Bahia, que alcançou 2.167.782 vínculos formais ativos, correspondentes a aproximadamente 27,2% do total regional. Na sequência, destacaram-se Pernambuco, com 1.519.000 vínculos e participação de 19,1%; Ceará, com 1.386.740 vínculos, equivalente a 17,4%; e Maranhão, com 638.132 vínculos, representando 8,0% do estoque regional. Juntos, esses quatro estados concentraram cerca de 71,8% do emprego formal da Região Nordeste, de acordo com os dados do Gráfico 8.5.

Gráfico 8.5 – Estados do Nordeste: Estoque de Emprego Formal - 2020 e 2026*



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2026). Nota: (*): Dados do acumulado até março de 2026.

9 Finanças Públicas

O texto de finanças públicas trata das transferências constitucionais, do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O texto analisa a evolução dos fundos constitucionais para o Nordeste (FPE e FPM), comparando o primeiro trimestre de 2026 com o mesmo período do ano anterior. Indiretamente, ao discutir as transferências dos fundos constitucionais (FPE e FPM), o texto trata também da arrecadação federal, mais especificamente do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que são a base das transferências constitucionais. Ou seja, quando se analisa a variação ocorrida nessas transferências, também se avalia o que ocorreu na base de cálculo.

9.1 Transferências constitucionais

As transferências constitucionais (FPE + FPM) para os estados do Nordeste, em 2026, somaram aproximadamente R\$ 40,9 bilhões (Tabela 8.1), um crescimento real de 0,7% — FPE, 0,5%, e FPM, 1,0% — em comparação com o mesmo período de 2025. O crescimento no Brasil foi de 1,2%.

Tabela 9.1 – FPE + FPM - Brasil, Regiões e Estados do Nordeste – 2025 e 2026 – 1º Trimestre - R\$ Milhões ¹

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2025	2026	2025	2026	2025	2026
Alagoas	1.885	1.950	1.042	1.077	198	188
Bahia	4.048	4.235	4.199	4.424	357	377
Ceará	3.130	3.326	2.277	2.400	397	419
Maranhão	3.089	3.237	1.918	2.021	248	262
Paraíba	2.050	2.179	1.504	1.585	198	209
Pernambuco	3.030	3.127	2.275	2.397	250	264
Piauí	1.864	2.004	1.220	1.282	248	262
Rio Grande do Norte	1.810	1.842	1.135	1.197	143	151
Sergipe	1.808	1.870	703	741	159	168
Nordeste	22.714	23.770	16.275	17.125	2.198	2.299
Espírito Santo	732	772	815	859	79	84
Minas Gerais	1.955	2.142	6.022	6.354	238	251
Brasil	43.899	46.258	45.941	48.410	4.594	4.841

Fonte: BNB/Etene, com dados da STN. Nota: (1) Valores transferidos de janeiro a março de cada ano.

O valor do FPE para o Nordeste foi de R\$ 23,8 bilhões, o que representa 51,4% do total distribuído. Quatro estados nordestinos tiveram variações reais negativas: Alagoas (-0,6%; -R\$ 12 milhões), Pernambuco (-0,9%; -R\$ 29 milhões), Rio Grande do Norte (-2,2%; -R\$ 42 milhões) e Sergipe (-0,7%; -R\$ 12 milhões). Os maiores crescimentos na região ocorreram no Piauí (+3,2%; +R\$ 63 milhões), no Ceará (+2,1%; +R\$ 67 milhões), na Paraíba (+2,1%; +R\$ 44 milhões), no Maranhão (+0,6%; +R\$ 20 milhões) e na Bahia (+0,5%; +R\$ 19 milhões).

Os quatro estados com variação real negativa tiveram reduções em seus coeficientes de distribuição. A distribuição do FPE decorre basicamente de dois fatores combinados: o valor global disponível para distribuição, isto é, a massa do FPE, e os coeficientes individuais de cada estado, que indicam sua participação relativa. A variação final de cada estado depende do produto desses dois elementos.

Os coeficientes do FPE são definidos com base em critérios legais, principalmente renda per capita e população, com forte peso redistributivo. Entretanto, eles são recalculados periodicamente com base em dados atualizados do IBGE, como população e renda; por isso, pequenas mudanças relativas entre estados alteram os coeficientes. O total do FPE provavelmente teve crescimento modesto ou negativo em termos reais; a perda de coeficiente reduziu ainda mais a participação; logo, o efeito combinado gerou queda real. O Rio Grande do Norte, por exemplo, teve uma das maiores perdas de coeficiente e, provavelmente,

maior sensibilidade ao ciclo econômico; a consequência foi uma queda mais acentuada (-2,2%). Nesses quatro estados, o crescimento da base do FPE não foi suficiente para compensar a perda de coeficiente, resultando em queda líquida.

Os estados da Bahia e do Maranhão tiveram crescimento real de 0,5% e 0,6%, respectivamente, de baixa intensidade; contudo, também registraram perdas nos coeficientes. Nesses casos, o ganho decorrente do crescimento do fundo total compensou as perdas de coeficiente. A Bahia e o Maranhão têm coeficientes maiores; estados maiores respondem mais ao crescimento da arrecadação nacional.

Os três estados com maior crescimento, Piauí, Ceará e Paraíba, tiveram aumento em seus coeficientes: 0,28%, 0,21% e 0,17%, respectivamente. O aumento dos coeficientes reforçou diretamente o crescimento das receitas, pois ampliou a participação de cada um no FPE. O Piauí liderou porque combinou maior ganho de coeficiente com menor base, gerando maior efeito percentual. Ceará e Paraíba apresentaram crescimento semelhante porque a diferença no ganho de coeficiente foi pequena, e o menor tamanho relativo da Paraíba aumentou sua sensibilidade ao crescimento do FPE. Nesse fundo, quem ganha coeficiente cresce mais; contudo, quem tem base menor consegue, muitas vezes, crescer na mesma velocidade, mesmo ganhando menos coeficiente.

O valor do FPM para a região foi de R\$ 17,1 bilhões, o que representa 35,4% do total distribuído. À exceção de Alagoas (-0,8%), todos os demais estados nordestinos tiveram ganhos reais de 1,2%, enquanto o Piauí registrou ganho de 0,9%. O crescimento real foi de 1,2% no Brasil e de 1,0% no Nordeste, em função da queda de 0,8% em Alagoas e do crescimento de 0,9% no Piauí. No FPM, a transferência da União é feita aos municípios. Os estados refletem o desempenho agregado de seus municípios. Os critérios são baseados na população e no inverso da renda per capita. Houve crescimento real da base nacional, formada pelo Imposto de Renda e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados, que correspondem a 24,5% do total. O crescimento é distribuído de forma quase proporcional entre os municípios e, por consequência, entre os estados. Entre as possíveis razões para a redução em Alagoas, estão a perda de população relativa por alguns municípios ou a mudança de faixa populacional. O FPM é sensível a alterações no conjunto nacional; ou seja, se outros estados ganharam mais municípios com coeficientes maiores, Alagoas perde participação relativa. O Piauí teve pequena perda relativa, mas ainda capturou parte do crescimento do fundo. Variação real em R\$ milhões: Alagoas (-8), Bahia (+52), Ceará (+29), Maranhão (+24), Paraíba (+19), Pernambuco (+28), Piauí (+12), Rio Grande do Norte (+14) e Sergipe (+9).

As capitais da região receberam R\$ 2,3 bilhões em 2026, o que representa 47,5% do total transferido para as capitais do país. O FPM distribuído às capitais nordestinas, que também impacta o FPM da região, teve crescimento real de 0,5%, abaixo do FPM total da região (+1,0%). O aumento de todas as capitais, exceto Maceió, foi de 1,4%. Maceió registrou redução de 8,8%. O coeficiente de Maceió caiu 0,42%, em função do aumento da renda per capita; o fator saiu de 2,0 para 1,8. No total, o coeficiente caiu 9,8%. As outras capitais tiveram crescimento de 0,2%. Assim, em Maceió, o crescimento macro existiu (+1,2%), mas foi irrelevante frente à queda do coeficiente. Com isso, Maceió financiou parte do ganho das demais capitais dentro do próprio sistema do FPM-Capitais. Os ganhos e perdas em R\$ milhões foram: Maceió (-18), Salvador (+5), Fortaleza (+6), São Luís (+4), João Pessoa (+3), Recife (+4), Teresina (+4), Natal (+2) e Aracaju (+2).

A Tabela 9.2 apresenta as projeções para transferências do FPE e FPM em 2026, baseados no PLOA 2026.

Tabela 9.2 – Projeção das Transferências Constitucionais (FPE + FPM) – Brasil, Nordeste e Estados Seleccionados – 2026 – R\$ milhões

Estado/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2025	2026 ¹	2025	2026 ¹	2025	2026 ¹
Alagoas	7.074	7.506	4.493	4.918	855	936
Bahia	15.075	16.166	18.101	19.811	1.539	1.685
Ceará	11.639	12.714	9.817	10.745	1.710	1.872
Maranhão	11.492	12.343	8.270	9.052	1.069	1.170
Paraíba	7.627	8.334	6.483	7.096	855	936
Pernambuco	11.320	11.949	9.808	10.735	1.077	1.179
Piauí	6.944	7.695	5.259	5.756	1.069	1.170
Rio Grande do Norte	6.745	7.001	4.894	5.357	616	674
Sergipe	6.743	7.138	3.032	3.318	684	749
Nordeste	84.659	90.845	70.158	76.788	9.474	10.370
Brasil	163.970	177.533	198.040	216.756	19.804	21.676

Fonte: BNB/Etene, com dados reais e previsões, até setembro e previsões para o 4º trimestre de 2024 do Tesouro Nacional. Nota: 1. 2025, valores reais. 2026, PLOA 2026.

A expectativa é um crescimento nominal para o 2026, comparado com 2025, no Brasil, em torno dos +8,3% (FPE) e +9,5% (FPM). No Nordeste, +7,3% (FPE) e 9,5% (FPM).

10 Intermediação Financeira

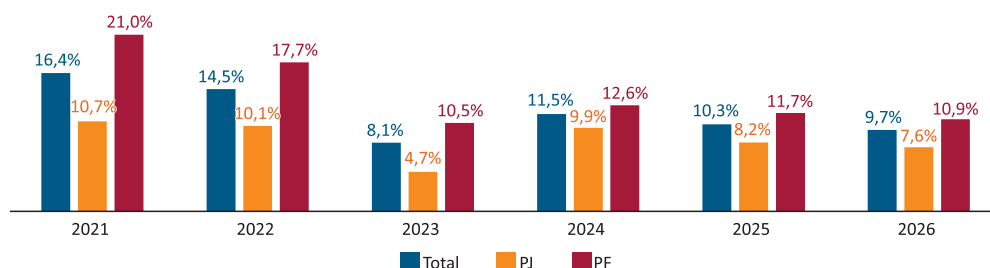
O saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) totalizou R\$ 7,22 trilhões em março de 2026, o que representa expansão de 9,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A trajetória de crescimento continua sendo sustentada pelas operações com pessoas físicas, que registraram elevação de 10,9% em 12 meses. As operações destinadas às pessoas jurídicas, por sua vez, apresentaram avanço mais moderado, com alta de 7,6% no mesmo período.

No recorte empresarial, o saldo de crédito das grandes empresas avançou 8,4% em 12 meses, superando o crescimento das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que registraram alta de 5,1% no mesmo período. O movimento contrasta com o cenário observado ao final de 2025, quando ambos os segmentos cresciam em ritmo equivalente.

Entre as fontes de financiamento, os recursos direcionados atingiram a marca de R\$ 3,11 trilhões, com crescimento de 12,3% em relação a março de 2025. Esses recursos, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculados a fundos públicos, seguem concentrados em linhas de crédito rural, crédito imobiliário, investimento de longo prazo e microcrédito produtivo orientado. Por sua vez, os recursos livres, voltados a finalidades como capital de giro, cartão de crédito, crédito pessoal e aquisição de bens, alcançaram R\$ 4,11 trilhões, com crescimento de 7,7% no acumulado em 12 meses. Esse ritmo foi inferior ao observado entre os recursos direcionados.

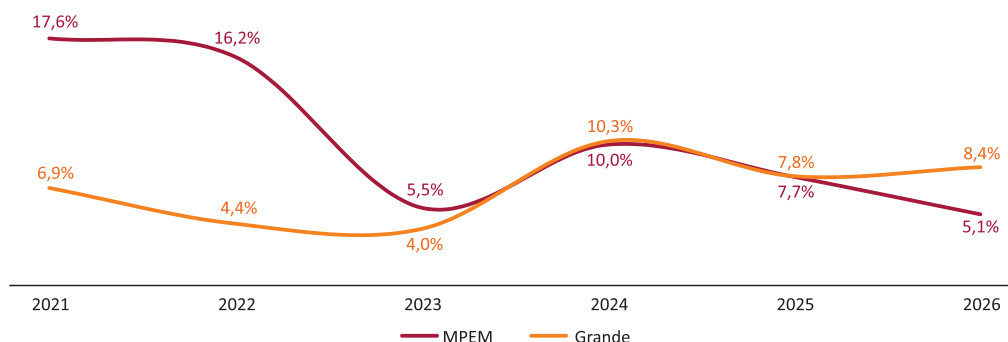
A moderação no ritmo de crescimento da carteira de crédito reflete o cenário de juros elevados e a maior seletividade das instituições financeiras na concessão de novos empréstimos. Apesar disso, a expansão do crédito para pessoas físicas demonstra resiliência, impulsionada pela melhora do mercado de trabalho e pelo aumento da massa salarial.

Gráfico 10.1 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Pessoa Jurídica e Pessoa Física - % de crescimento nos últimos 12 meses - 2021 a 2026*



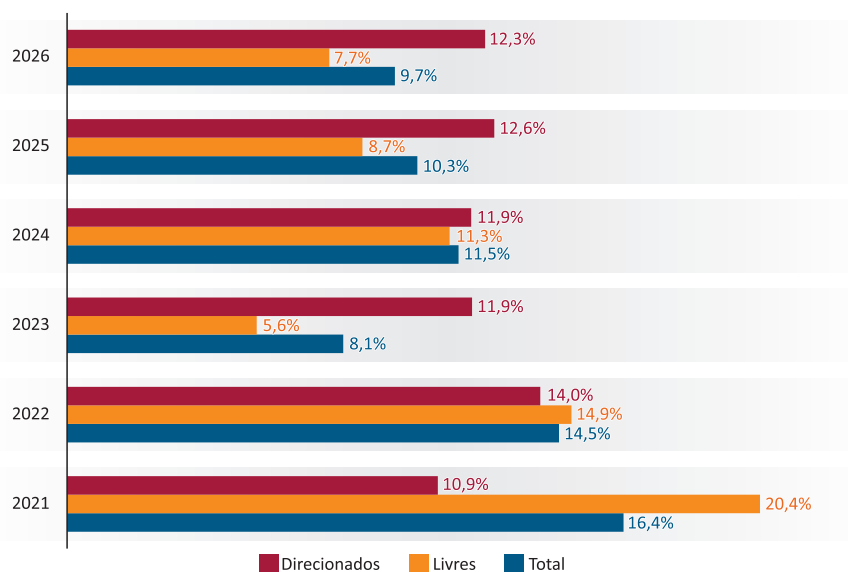
Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2026).
Nota: 2026 refere-se a março, no acumulado dos últimos doze meses

Gráfico 10.2 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Por Porte - % de Crescimento nos últimos 12 meses - 2021 a 2026*



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2026).
Nota: 2026 refere-se a março, no acumulado dos últimos doze meses

Gráfico 10.3 – Saldo das Operações de Crédito no Brasil - Total, Recursos Direcionados e Recursos Livres - % de Crescimento em Relação ao Ano Anterior - 2021 a 2026*



Fonte: Elaboração do BNB/Etene, com base no Bacen (2026).

Nota: 2026 refere-se a março, no acumulado dos últimos doze meses

As operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, compostas por recursos livres e direcionados, encerraram o 1º trimestre de 2026 com taxa média de juros de 33,1% a.a., conforme informações publicadas pelo Banco Central. Nos últimos 12 meses, a taxa média de juros avançou cerca de 2,0 pontos percentuais, em decorrência da condução da política monetária, que impactou a trajetória de curto prazo dos juros.

O spread bancário, que representa a diferença entre os juros de captação e os de aplicação de recursos e corresponde, em grande medida, à margem de rentabilidade dos bancos, registrou 21,8 pontos percentuais em março de 2026, apresentando avanço nos últimos doze meses (+2,5 pontos percentuais). Entre os segmentos, o spread da pessoa jurídica (8,7 pontos percentuais) continua inferior ao spread da pessoa física (27,7 pontos percentuais), fundamentalmente pela menor inadimplência, pela maior presença de garantias reais nas operações bancárias, entre outros fatores econômico-financeiros.

10.1 CRÉDITO REGIONAL

O sistema financeiro nordestino registrou saldo de operações de crédito de R\$ 1,03 trilhão em março de 2026, o que representa crescimento de 11,9% em comparação com o mesmo mês de 2025. O aumento do crédito no Nordeste foi superior ao observado em âmbito nacional, em que o saldo cresceu 9,7% no mesmo período.

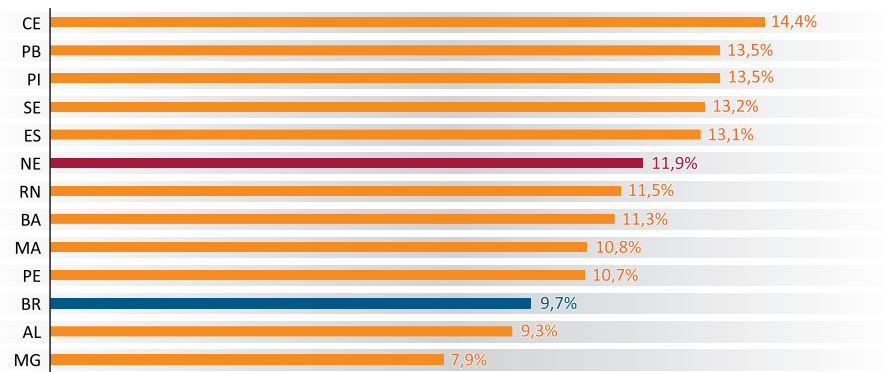
A região Nordeste registrou avanço no crédito, impulsionado pelo crescimento das carteiras destinadas a pessoas físicas, que aumentaram 12,4%, e também das carteiras destinadas a pessoas jurídicas, que avançaram 10,7% em 12 meses. Ao final de março de 2026, o saldo das operações de empréstimos e financiamentos destinados às famílias representava 70,7% do total, enquanto as empresas respondiam pelos 29,3% restantes.

Entre os estados da área de atuação do Banco, as maiores elevações no saldo das operações de crédito ocorreram no Ceará (+14,4%), na Paraíba (+13,5%) e no Piauí (+13,5%) em março de 2026, em comparação com março de 2025. Em termos de montante total de crédito, os principais estados do Nordeste são: Bahia (R\$ 281,9 bilhões), Ceará (R\$ 163,7 bilhões) e Pernambuco (R\$ 163,0 bilhões).

Regionalmente, ao considerar as operações acima de R\$ 1 mil, a maior expansão no saldo de crédito, referente a março de 2026, em ritmo anualizado, foi observada na região Norte, com crescimento de 12,3%, seguida pela região Nordeste, que registrou avanço de 11,9% na mesma base de comparação.

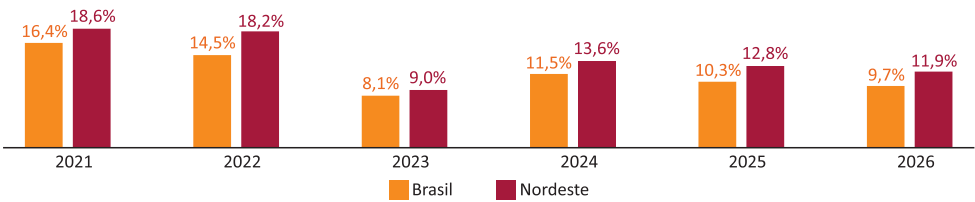
No cenário prospectivo, a melhora dos indicadores econômicos, como a redução do desemprego, o aumento da renda e a expansão da massa salarial, deve manter o crédito no Nordeste em trajetória de crescimento em 2026. No entanto, a Taxa Selic em patamar restritivo deve atenuar o avanço da carteira de crédito regional.

Gráfico 10.4 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Estadual - Área de Atuação do BNB – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - Março de 2026



Fonte: Banco Central (2026). Elaboração: BNB/Etene (2026).

Gráfico 10.5 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Nordeste – Em 12 Meses % - 2021 a 2026*



Fonte: Banco Central (2026). Elaboração: BNB/Etene (2026).
Nota: 2026 refere-se a março, no acumulado dos últimos doze meses

Tabela 10.1 – Saldo de crédito do Sistema Financeiro Nacional e Regiões – Crescimento Acumulado em 12 Meses % - 2019 a 2026*

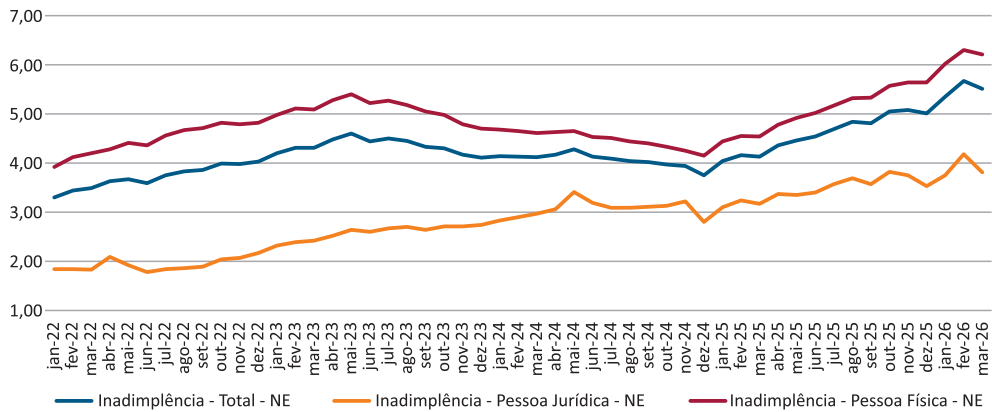
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Brasil	6,5%	15,7%	16,4%	14,5%	8,1%	11,5%	10,3%	9,7%
Centro-Oeste	10,0%	17,3%	17,4%	17,8%	12,4%	11,6%	8,0%	7,8%
Nordeste	9,0%	12,1%	18,6%	18,2%	9,0%	13,6%	12,8%	11,9%
Norte	13,2%	17,9%	27,1%	22,8%	14,1%	16,3%	12,4%	12,3%
Sudeste	4,1%	15,6%	14,9%	10,8%	5,7%	10,8%	9,8%	9,5%
Sul	8,7%	19,1%	15,6%	16,0%	7,7%	13,0%	9,8%	9,4%

Fonte: Banco Central (2026). Elaboração: BNB/Etene (2026).
Nota: 2026 refere-se a março, no acumulado dos últimos doze meses

A taxa de inadimplência do Nordeste registrou 5,51% em março de 2026, o que representa alta de 1,38 ponto percentual nos últimos 12 meses. O comportamento da inadimplência na região segue apresentando aceleração, muito em decorrência do desempenho da inadimplência das pessoas físicas, cuja taxa foi de 6,21%, segmento que sente de forma mais clara os efeitos da política monetária mais restritiva. Enquanto isso, as pessoas jurídicas apresentaram taxa de 3,81%, indicando inadimplência ainda controlada. Adicionalmente, deve-se mencionar os efeitos da Resolução nº 4.966 do Banco Central, que modificou as regras de classificação de operações inadimplidas.

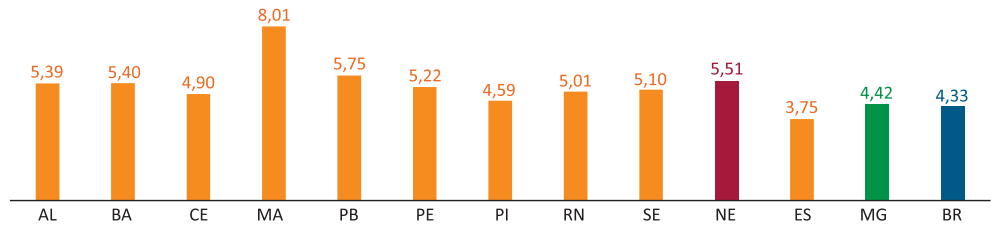
No Nordeste, a inadimplência mais baixa, ao final do 1º trimestre de 2026, foi observada no Piauí (4,59%). Entre os estados da área de atuação do Banco, o Maranhão apresentou a maior taxa de inadimplência (8,01%), seguido pela Paraíba (5,75%). A inadimplência média nacional ficou em 4,33%, inferior à registrada no Nordeste.

Gráfico 10.6 – Inadimplência – Nordeste - Total, Pessoa Física e Pessoa Jurídica – % Anual – Janeiro de 2021 a Março de 2026



Fonte: Banco Central (2026). Elaboração: BNB/Etene (2026).

Gráfico 10.7 – Inadimplência – Nacional, Regional e Estados da Área de Atuação do BNB – % – Março de 2026



Fonte: Banco Central (2026). Elaboração: BNB/Etene (2026).

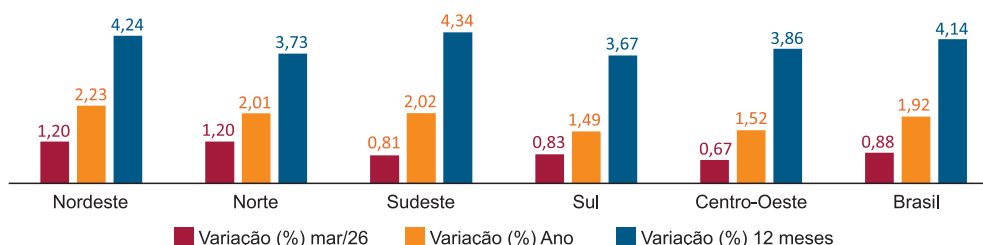
11 Inflação

A inflação do Nordeste, medida pelo IPCA, foi de 1,20% em março de 2026, acima do IPCA do Brasil (0,88%). Das 16 regiões metropolitanas e capitais pesquisadas, nenhuma teve deflação. O maior IPCA foi o de Salvador (1,47%), e o menor, o de Rio Branco (0,37%). A mediana ficou em 0,89%, e a média, em 0,90%. A dispersão entre as capitais pesquisadas foi elevada, dado que o desvio-padrão foi de 0,31 ponto percentual.

O maior crescimento entre as regiões foi observado no Norte (1,20%), seguido pelo Nordeste (1,20%, com diferença apenas na terceira casa decimal) e pelo Sul (0,83%). As demais regiões registraram variações de 0,81% no Sudeste e de 0,67% no Centro-Oeste. O IPCA nordestino ficou entre os mais elevados e contribuiu com 25,6% para o índice nacional. O Sudeste contribuiu com 48,9%.

O Norte e o Nordeste não tiveram inflação mais elevada porque enfrentaram choques diferentes, mas porque possuem estruturas econômicas mais sensíveis a choques comuns, especialmente aqueles ligados a alimentos perecíveis e combustíveis. Trata-se de heterogeneidade na elasticidade de transmissão de choques e não de diferenças nos vetores inflacionários.

Gráfico 11.1 – IPCA - Valor e variação (%) – Brasil e Regiões – março, ano e variação em doze meses - 2026.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026).

Na região, os principais impactos vêm de transportes (+3,45% e +0,65 p.p.) e alimentação e bebidas (+1,85% e +0,43 p.p.), que representam 89,8% da variação do índice regional. No Brasil, esses grupos representam 76,0% do índice nacional.

Em transportes, os principais impactos vêm dos itens gasolina (+10,8%) e óleo diesel (+17,1%), que representam 93,7% da variação do grupo. Em março, o mercado internacional de petróleo sofreu um choque abrupto de oferta. Embora o Brasil seja grande produtor de petróleo, importa cerca de 25% a 30% do diesel consumido internamente. Mesmo sem reajuste nas refinarias tão intenso quanto o observado no diesel, houve repasse parcial da paridade internacional, ampliado por expectativas de escassez e por custos logísticos.

Em alimentação e bebidas, as variações de três produtos representam 50,6% do impacto total do grupo: batata-inglesa (+45,4%), tomate (+33,3%) e carnes (+2,4%). O aumento da batata-inglesa reflete a transição entre safras, a redução temporária da oferta de lavouras do Sudeste e do Sul e a entrada ainda incompleta da nova safra, gerando forte pressão de preços no atacado e repasse quase imediato ao varejo. O tomate é um dos produtos com maior volatilidade no IPCA, pois tem ciclo curto, pouca capacidade de estocagem e produção extremamente dependente das condições climáticas. O aumento das carnes está associado a custos mais altos de alimentação animal, ao impacto acumulado dos combustíveis sobre transporte e logística e a ajustes graduais de preços.

O IPCA de março de 2026 não foi um processo inflacionário generalizado, mas um choque temporário, porém intenso, concentrado em poucos itens críticos, causado por restrições físicas de oferta agrícola e por um choque externo de energia, com amplificação logística, especialmente no Nordeste. Na verdade, pode-se afirmar que o núcleo real da inflação de março decorre do choque climático e de safra — com quebra e instabilidade na oferta de hortaliças e efeito imediato sobre a batata-inglesa e o tomate — e do choque geopolítico relacionado à energia. A alta do petróleo gera efeitos de propagação sobre combustíveis, frete e alimentos, que se amplificam no Nordeste, dado o maior peso dos itens afetados, o maior custo logístico e a maior sensibilidade da renda.

Tabela 11.1 – IPCA (%) e Impactos por Grupo Pesquisado (p.p) – Brasil, Nordeste e Capitais pesquisadas, na Região – Variação março de 2026.

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza		Recife		Salvador		Aracaju		São Luis		Nordeste		Brasil	
	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto
	0,81		1,10		1,47		0,92		1,39		1,20		0,88	
Alimentação e Bebidas	1,61	0,39	1,43	0,34	2,26	0,51	2,35	0,51	1,48	0,38	1,85	0,43	1,56	0,33
Habitação	0,31	0,05	-0,35	-0,05	-0,30	-0,04	-0,37	-0,05	1,6	0,23	0,00	-0,00	0,22	0,03
Artigos de Residência	-0,59	-0,02	0,20	0,01	0,51	0,02	-0,84	-0,03	0,72	0,03	0,14	0,00	0,51	0,02
Vestuário	0,58	0,03	0,92	0,05	-0,41	-0,02	-0,69	-0,04	0,35	0,02	0,18	0,01	0,46	0,02
Transportes	1,35	0,26	3,22	0,62	4,79	0,88	2,10	0,38	4,14	0,75	3,45	0,65	1,64	0,34
Saúde e Cuidados Pessoais	0,54	0,08	0,38	0,06	0,55	0,09	0,44	0,07	-0,24	-0,03	0,42	0,06	0,42	0,06
Despesas Pessoais	0,56	0,04	0,96	0,08	0,25	0,03	0,68	0,06	0,56	0,05	0,55	0,05	0,65	0,07
Educação	-0,03	-0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	-0,00	0,00	0,00	-0,00	-0,00	0,02	0,00
Comunicação	-0,16	-0,01	-0,26	-0,01	0,25	0,01	0,15	0,01	-0,9	-0,04	-0,08	-0,00	0,19	0,01

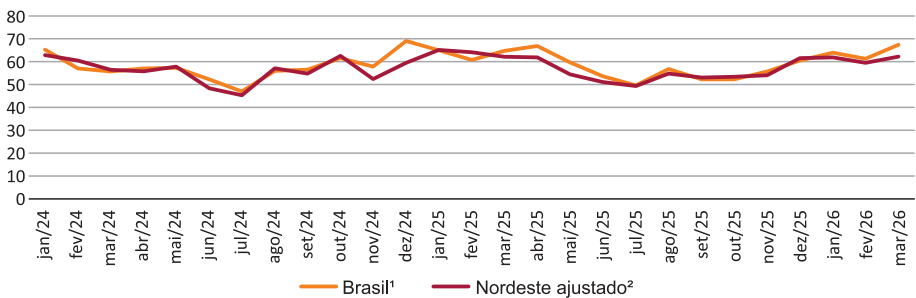
Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026). variação (%); Impacto: pontos percentuais: p.p.

O índice de difusão, que mede o espalhamento das variações positivas nos itens que compõem o IPCA, é menor no Nordeste (62,2%) do que no Brasil (67,4%). Em setembro, os índices estavam em 53,0% no Nordeste e 52,3% no Brasil. A inflação ficou mais disseminada. A difusão tende a ser diferente porque, no Nordeste, é maior o peso de alimentação, energia e transporte local, e menor o peso de bens duráveis, que têm comportamento mais volátil.

Em março, o índice serve mais para avaliar a heterogeneidade regional, detectar pressões setoriais específicas e monitorar a simetria da inflação. O índice reflete o espalhamento de reajustes moderados, mas não necessariamente uma inflação persistente. Observa-se que os dois maiores impactos vieram de dois grupos: alimentação e transportes.

Embora não seja um núcleo clássico, o índice mede quantos preços estão subindo, e não apenas o quanto sobem; captura a generalização do processo inflacionário e indica se os choques estão sendo incorporados às estruturas de preços.

Gráfico 11.2 – Índice de difusão – Brasil e Nordeste



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE e BCB (2026). Nota: Nordeste ajustado é porque foram excluídos todos os itens que não têm valores nas capitais nordestinas e têm no Brasil.

No ano, a região Nordeste registra IPCA de 2,23%, enquanto o índice nacional é de 1,92%. O índice nordestino é o maior entre as regiões. O segundo maior é o do Sudeste (2,02%), seguido pelo Norte (2,01%), pelo Centro-Oeste (1,52%) e pelo Sul (1,49%). Os grupos mais relevantes no Brasil são os mesmos observados na região Nordeste: alimentação e bebidas, transportes, saúde e cuidados pessoais e educação, que representam 84,3% do índice nacional e 95,3% do índice regional.

No primeiro grupo, quatro itens representam 74,3% da variação total: batata-inglesa (+57,6%), tomate (+52,1%), carnes (+4,1%) e refeição (+1,6%). Em transportes, três itens representam 91,2% da variação total

do grupo: ônibus urbano (+7,4%), veículo próprio (+1,5%) e gasolina (+12,3%), que, sozinha, representa 65,2% da variação total do grupo. Em saúde e cuidados pessoais, destacam-se produtos farmacêuticos (+1,3%), plano de saúde (+1,5%) e higiene pessoal (+2,5%). Em educação, o ensino fundamental (+8,5%) representa 55,8% da variação total do grupo. Pré-escola, ensino médio e ensino superior representam 36,6% da variação do grupo.

O que ocorreu no Nordeste e no Brasil foi uma inflação concentrada, e não disseminada, em que poucos itens explicam quase tudo: gasolina, hortaliças, tarifas e educação. Nesse sentido, há o predomínio de choques de oferta: clima, em alimentos; petróleo, em combustíveis; e custos, em serviços. Há um forte efeito de encadeamento: o combustível afeta o frete, que afeta os alimentos, que, por sua vez, afetam as refeições. Os serviços seguem trajetória própria, dado que saúde e educação são menos voláteis, mais persistentes e ligados a salários.

A conclusão é que a inflação do 1º trimestre no Nordeste pode ser classificada como uma inflação de custos, com três núcleos principais: choque agrícola, associado às hortaliças, especialmente batata-inglesa e tomate; choque energético-fiscal, associado à gasolina e ao transporte público; e inércia de serviços, associada à saúde e à educação. Não foi um fenômeno de excesso de demanda, mas sim de restrição de oferta, aumento de custos e mecanismos institucionais de reajuste.

Tabela 11.2 – IPCA (%) e Impactos por Grupo Pesquisado (p.p) – Brasil, Nordeste e Capitais pesquisadas, na Região – Variação 1º trimestre de 2026.

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza		Recife		Salvador		Aracaju		São Luís		Nordeste		Brasil	
	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto
	2,28		2,13		2,39		2,02		1,91		2,23		1,92	
Alimentação e Bebidas	1,85	0,44	2,00	0,47	2,44	0,54	3,35	0,72	2,45	0,62	2,27	0,53	2,07	0,44
Habitação	0,18	0,03	-1,05	-0,14	-0,69	-0,10	-0,74	-0,09	-0,06	-0,01	-0,54	-0,08	0,41	0,06
Artigos de Residência	-0,32	-0,01	0,80	0,03	0,55	0,02	1,03	0,03	0,96	0,04	0,51	0,02	0,84	0,03
Vestuário	0,99	0,04	0,32	0,02	-1,59	-0,09	-0,77	-0,05	-1,15	-0,08	-0,49	-0,03	0,36	0,02
Transportes	4,99	0,95	5,20	1,00	5,97	1,10	2,92	0,53	4,65	0,84	5,24	0,98	3,01	0,61
Saúde e Cuidados Pessoais	2,01	0,28	2,07	0,31	2,13	0,33	1,43	0,24	0,99	0,14	1,93	0,29	1,72	0,23
Despesas Pessoais	1,24	0,09	2,00	0,17	1,58	0,16	1,44	0,13	0,93	0,07	1,54	0,14	1,39	0,14
Educação	6,04	0,43	3,71	0,00	5,49	0,35	5,11	0,41	0,00	0,00	5,06	0,33	5,25	0,33
Comunicação	1,32	0,04	1,07	0,04	1,96	0,07	2,08	0,09	1,11	0,04	1,53	0,06	1,16	0,05

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026). variação (%); Impacto: pontos percentuais: p.p.

Em doze meses, o IPCA do Nordeste foi de 4,24% e contribuiu com 16,2% para o índice nacional, sendo o segundo maior entre as regiões. O maior é o do Sudeste, de 4,34%, com contribuição de 55,8% para o índice nacional, seguido pelo Centro-Oeste, de 3,86%, com contribuição de 9,2%.

Fortaleza (4,89%) tem a maior variação em doze meses entre as 16 capitais pesquisadas. Recife (4,58%) ocupa a 3ª posição; Salvador (4,01%), a 7ª; Aracaju (3,84%), a 10ª; e São Luís (3,27%), a 13ª.

Os grupos que mais impactaram a variação no Nordeste são alimentação e bebidas, habitação, transportes e saúde e cuidados pessoais, que representam 72,9% do IPCA nordestino. No Brasil, esses grupos representam 68,64% do IPCA brasileiro.

Em alimentação e bebidas, quatro produtos respondem por 76,5% do impacto do grupo: batata-inglesa, produto altamente sensível ao clima e à entressafra; carne, item de elevado peso na cesta, com variação moderada, mas persistente; refeição; e lanche. Esses itens são tipicamente inerciais, pois conectam os preços dos alimentos à inflação de serviços.

Em habitação, os três itens que explicam 76,5% da variação do grupo — aluguéis, taxa de água e esgoto e energia residencial — têm comportamento pouco volátil e altamente persistente.

Em transportes, três itens explicam 74,3% do impacto do grupo: passagem aérea, veículo próprio e gasolina. Esses itens refletem, majoritariamente, choques exógenos, com efeitos temporários, mas fortes no IPCA anual.

Em saúde e cuidados pessoais, três itens respondem por 85,4% do impacto do grupo: produtos farmacêuticos, plano de saúde e higiene pessoal, todos com longa persistência. Saúde é um vetor típico de inflação subjacente, pouco sensível a ciclos e muito relevante para o médio prazo.

Tabela 11.3 – IPCA (%) e Impactos por Grupo Pesquisado (p.p) – Brasil, Nordeste e Capitais pesquisadas, na Região – Variação: 12 meses até março de 2026.

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza		Recife		Salvador		Aracaju		São Luis		Nordeste		Brasil	
	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto	índice	impacto
	4,89		4,58		4,01		3,84		3,27		4,24		4,14	
Alimentação e Bebidas	1,81	0,43	3,21	0,76	2,07	0,46	2,58	0,56	-0,64	-0,18	2,06	0,47	2,16	0,46
Habitação	5,84	0,94	3,88	0,52	1,75	0,24	4,26	0,53	10,02	1,44	4,13	0,59	5,67	0,86
Artigos de Residência	-1,16	-0,05	0,03	-0,00	-3,33	-0,12	0,84	0,02	-0,54	-0,04	-1,49	-0,06	0,07	-0,00
Vestuário	5,88	0,27	6,51	0,38	2,84	0,14	2,85	0,16	1,80	0,10	4,27	0,23	4,90	0,22
Transportes	6,42	1,21	6,83	1,32	6,09	1,12	4,32	0,78	4,05	0,72	6,02	1,12	3,69	0,75
Saúde e Cuidados Pessoais	7,57	1,05	4,93	0,75	6,70	1,05	4,16	0,71	4,47	0,61	6,04	0,91	5,68	0,77
Despesas Pessoais	6,32	0,48	6,15	0,53	5,84	0,60	5,25	0,49	4,43	0,35	5,83	0,53	5,91	0,60
Educação	7,08	0,49	4,49	0,00	6,68	0,42	6,25	0,51	0,00	0,00	6,05	0,39	6,40	0,40
Comunicação	2,02	0,07	1,16	0,04	2,79	0,10	1,88	0,08	0,02	-0,01	1,88	0,07	1,7	0,07

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2026). variação (%); Impacto: pontos percentuais: p.p.

A evolução recente do IPCA está alinhada com o viés altista captado nas expectativas de mercado para 2026. A leitura é de uma inflação ainda relativamente controlada, mas pressionada e com riscos assimétricos para cima, sobretudo no curto prazo. O Boletim Focus mostra forte revisão altista ao longo de 2026. Nas leituras mais recentes, o IPCA ficará entre 4,7% e 4,9%. Algumas casas já trabalham com um cenário-limite entre 4,5% e 5,0%. No Nordeste, os dados estruturais mostram que a região vem apresentando IPCA acima da média nacional, puxado por alimentos, energia e transportes, que respondem por algo em torno de 90% da variação e têm peso mais alto do que no Brasil. Além disso, a cesta básica sobe mais rápido em várias capitais nordestinas, e a inflação de itens essenciais é estruturalmente mais intensa na região.

Os principais vetores de inflação até o fim de 2026 são energia e combustíveis, câmbio e risco fiscal, alimentos, serviços e expectativas desancoradas. No primeiro caso, o petróleo se mantém acima ou em torno de US\$ 100, e os choques geopolíticos mantêm a pressão sobre os preços. O transporte tem peso elevado e forte efeito de difusão, com impacto maior no Nordeste, onde a logística é mais dependente das rodovias. No caso do câmbio e do risco fiscal, há expectativa de depreciação do real, em função da incerteza política, o que, como efeito direto, encarece importados, combustíveis e insumos e pressiona preços industriais e alimentos exportáveis. No caso dos alimentos, em 2025 houve desinflação por supersafra e câmbio mais favorável. Em 2026, a expectativa é de maior exportação e menor oferta interna. No Nordeste, o impacto é amplificado pelo maior peso dos alimentos no orçamento familiar: Nordeste, 23,3%; Brasil, 21,3%.

Os serviços constituem o núcleo mais persistente, com variações entre 5,0% e 6,0%, ligadas ao mercado de trabalho ainda firme, à indexação e aos reajustes contratuais. Esse núcleo constitui o principal obstáculo estrutural à convergência para a meta. Quanto às expectativas desancoradas, as revisões seguidas do Focus refletem esse movimento. Quando elas sobem, salários e contratos passam a incorporar inflação mais elevada, ampliando o risco clássico de efeito inercial.

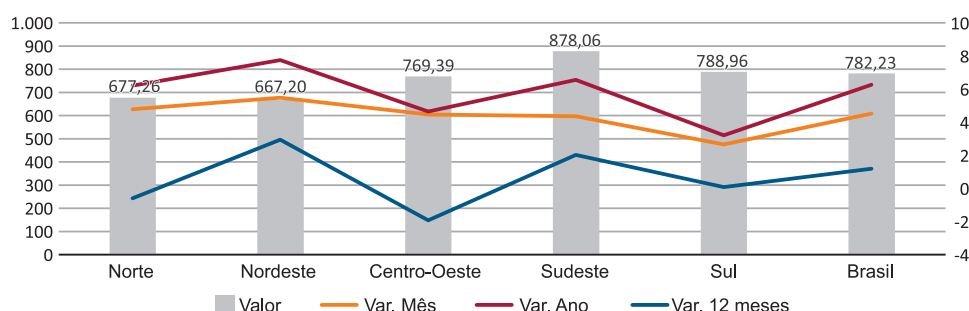
O cenário que emerge é de desinflação incompleta: o Brasil deve permanecer dentro ou próximo da banda da meta, mas com dificuldade de convergir para o centro da meta (3%). O Nordeste, por sua estrutura, tende a apresentar inflação sistematicamente acima da média nacional, especialmente em cenários de choque de custos, exatamente o que predomina em 2026.

12 Cesta Basica

O DIEESE firmou parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e um dos primeiros frutos desta parceria é a ampliação da coleta de preços de alimentos básicos de 17 para 27 capitais brasileiras. Assim, no mês de março, o valor da cesta, a variação no mês e no ano, nas regiões, calculada pelo BNB, levará em conta todas as capitais brasileiras.

Das vinte e sete capitais, nenhuma teve variação negativa. As variações ficaram entre +0,67% (São Luís) e +7,42% (Manaus). Salvador (+7,15%), Recife (+6,97%) e Maceió (+6,76%) as primeiras posições abaixo de Manaus. Aracaju (+6,32%) e Natal (+5,99%), 6ª e 7ª posições. João Pessoa (+5,53%) e Fortaleza (+5,04%), 9ª e 10ª posições. Teresina (+3,10%) e 23ª posição. O Nordeste (+5,48%), tem a maior variação no mês, acompanhada pelo Norte (+4,78%) e o Centro-Oeste (+4,46%). As outras variações são, Sudeste (+4,35%) e Sul (+2,66%).

Gráfico 12.1 – Cesta Básica Valor e variação (%) – Brasil e Regiões – março, ano e variação em doze meses - 2026.



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do DIEESE (2026). Nota: O valor das cestas, e a variação no mês e ano, leva em consideração todas as 27 capitais. A variação em doze meses, leva em consideração 17 capitais.

A diferença entre as variações regionais da cesta básica do DIEESE em março de 2026 pode ser explicada principalmente por fatores estruturais, como o clima, logística, composição da cesta e dinâmica dos preços dos alimentos, que afetam de forma desigual as regiões do país. Grande parte dos alimentos que compõem a cesta básica no Nordeste (arroz, feijão, óleo, trigo e derivados) é produzida em outras regiões, principalmente Centro-Oeste e Sul.

Quando há reajustes nos preços na origem, o Nordeste sente o impacto ampliado devido a custos de transporte mais elevados, maior sensibilidade a variações nos combustíveis e cadeias logísticas mais longas. Em períodos de inflação de alimentos, regiões importadoras líquidas tendem a registrar altas maiores. Mesmo sem uma quebra extrema de safra, o Nordeste tem menor capacidade de compensar perdas climáticas, depende mais da agricultura familiar e de menor escala e sofre mais rapidamente com irregularidade de chuvas e calor intenso. Esses fatores reduzem a oferta local de itens como o feijão, hortaliças e raízes e tubérculos, pressionando os preços no curto prazo.

Cinco produtos, carne, feijão, tomate, banana e manteiga, pesam 70% na cesta média nacional e 67% na nordestina. Em março a variação destes cinco produtos na região, superou a variação no Brasil em 8,92 pontos percentuais.

Tabela 12.1 – Variação no mês de março de 2026 – Brasil e Nordeste

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	1,85	(0,15)	2,04	6,77	5,99	6,97	7,15	0,68	3,10	5,48	4,51
Carne - p.p.	0,58	0,09	0,72	1,17	-0,16	0,37	1,46	0,06	0,43	0,60	0,55
Leite - p.p.	-0,08	-0,16	-0,15	-0,26	0,10	0,07	0,00	0,01	0,15	-0,05	0,15
Feijão - p.p.	0,30	0,57	0,52	0,38	0,53	0,63	0,88	0,20	0,73	0,60	0,50
Arroz - p.p.	-0,03	-0,04	-0,08	-0,04	-0,03	0,01	0,06	0,06	0,10	-0,04	-0,05
Farinha - p.p.	-0,07	0,03	0,00	-0,17	-0,02	0,00	(0,03)	0,01	0,04	-0,05	-0,04
Batata - p.p.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,26
Tomate - p.p.	0,83	-0,46	1,53	6,92	4,30	5,67	4,16	0,09	2,12	4,60	3,22
Pão - p.p.	0,22	0,11	0,19	-0,48	0,18	0,19	0,04	0,14	-0,10	-0,08	0,02
Café - p.p.	0,03	-0,05	-0,08	-0,23	-0,06	-0,06	(0,03)	0,35	-0,01	-0,08	-0,08
Banana - p.p.	0,14	-0,20	-0,37	0,29	1,05	0,17	0,81	0,01	-0,26	0,24	0,19
Açúcar - p.p.	0,00	-0,01	-0,09	-0,23	-0,06	-0,03	(0,08)	(0,00)	-0,03	-0,11	-0,10
Óleo - p.p.	-0,07	-0,05	-0,04	-0,24	-0,02	-0,04	(0,01)	0,03	-0,06	-0,11	-0,07
Manteiga - p.p.	0,00	0,02	-0,11	-0,33	0,19	0,00	(0,12)	(0,29)	0,00	-0,04	-0,03

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do DIEESE (2026). Nota: A variação no mês, leva em consideração todas as 27 capitais. Nota: na variação entre o Nordeste e o Brasil, desconsiderar a batata, dado que entra não pesquisa do Nordeste.

A diferença nestes cinco produtos, entre as variações no Nordeste e no Brasil, pode ser explicada por um conjunto de fatores estruturais, logísticos e conjunturais que tornam a região mais sensível a choques de preços. Apesar de produzir alguns alimentos, o Nordeste depende fortemente de outras regiões (Sudeste, Centro-Oeste e Sul) para itens como carne bovina e derivados lácteos (manteiga). Quebras de safra regionais reduzem a oferta local e aumentam a dependência de produtos vindos de fora. Em certas localidades nordestinas, há menos distribuidores e menor competição no varejo. Cadeias de suprimento menos eficientes podem amplificar repasses de custos. No Nordeste há uma maior relevância do feijão, banana e tomate na dieta local, inclusive em substituição a outros alimentos. As famílias continuam comprando mesmo com preços mais altos, reduzindo a capacidade de reajuste. A maior variação de preços no Nordeste em março de 2026 não é um fenômeno isolado, mas sim o resultado de maior dependência de outras regiões, de custos logísticos mais altos, vulnerabilidade climática, de estrutura de mercado menos concorrencial e menor renda média.

No Nordeste, no mês, quatro produtos sofreram aumentos relevantes em seus preços, e representam 110,4% da variação total do mês, carne, feijão, tomate e banana. Só o tomate representa 84,1% da variação da cesta nordestina. O comportamento do tomate explica, praticamente sozinho, a aceleração da cesta na região. Março é, tradicionalmente, um mês de entressafra em várias regiões, especialmente no Sudeste, que é grande fornecedor do Nordeste. Nesses períodos, a oferta se reduz rapidamente e pequenos choques de produção geram grandes oscilações de preços. O tomate é o terceiro em relevância de peso no orçamento, 14,4%. Como o Nordeste não é grande produtor estruturado de tomate, o impacto da entressafra regional chega de forma intensa.

No feijão há uma forte dependência de outras regiões, grande parte do feijão consumido no Nordeste vem do Centro-Oeste, do Sudeste, e do Sul. Assim, variações na oferta nacional afetam o Nordeste de forma amplificada, devido ao frete mais longo, à menor capacidade de estocagem local. É um item essencial, com demanda rígida, alimento básico e insubstituível para grande parte das famílias. A demanda reage pouco ao aumento de preços, o que faz com que a alta seja integralmente capturada pelo índice e o impacto permaneça relevante mesmo com variação menor que a do tomate. Na carne, há uma recomposição gradual de preços - variação: 2,21% e impacto: 0,61 p.p. - apesar da variação percentual parecer moderada, o impacto é significativo devido ao peso elevado da carne na cesta. A carne costuma apresentar ajustes mais graduais e uma menor volatilidade mensal. Março tende a ser um período de recomposição de margens ao longo da cadeia, havendo repasse de custos acumulados (ração, transporte, energia). Mesmo com pequenas altas percentuais, as carnes geram impactos relevantes no índice agregado, pois se trata do item de maior peso da cesta básica.

Na banana há uma estabilidade relativa, mas com impacto positivo, variação: 3,58% e impacto: 0,25 p.p. A banana tem comportamento distinto dos demais itens, sua produção é mais distribuída regionalmente. Diferentemente do tomate e do feijão, a banana tem produção relevante no próprio Nordeste, isso reduz volatilidade extrema. É um produto perecível e sensível ao clima, pequenas variações climáticas e de logística afetam a oferta semanal e produzem variações moderadas de preços. Embora a alta tenha sido contida, o impacto ainda foi positivo devido ao consumo contínuo e ao peso (9,2%) do item na cesta.

Tabela 12.2 – Variação no primeiro trimestre de 2026 – Brasil e Nordeste

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Maceió	Natal	Recife	Salvador	São Luís	Teresina	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	4,31	2,35	3,52	9,34	9,48	9,82	9,00	0,77	3,67	7,75	6,25
Carne - p.p.	0,59	-0,18	0,33	1,53	-0,42	1,78	2,13	0,55	0,41	0,97	0,96
Leite - p.p.	-0,18	-0,18	-0,33	-0,43	0,12	0,00	-0,10	0,01	-0,11	-0,20	-0,06
Feijão - p.p.	0,37	0,59	0,52	0,80	0,94	1,28	1,41	0,39	1,14	1,13	0,78
Arroz - p.p.	-0,21	-0,13	-0,16	0,02	-0,20	-0,28	-0,25	0,03	0,02	-0,21	-0,18
Farinha - p.p.	-0,08	0,12	0,05	-0,02	-0,05	0,12	-0,12	-0,02	-0,08	-0,04	-0,12
Tomate - p.p.	3,01	1,77	2,07	7,29	8,20	8,53	5,47	-0,20	3,03	6,49	5,69
Pão - p.p.	0,32	0,30	0,51	-0,25	0,21	0,19	0,39	0,15	-0,08	0,12	0,19
Café - p.p.	0,02	-0,07	-0,11	-0,12	-0,21	-0,13	-0,06	0,23	-0,08	-0,15	-0,25
Banana - p.p.	0,74	0,25	0,71	0,86	0,98	-1,22	0,62	-0,22	-0,35	0,16	-0,43
Açúcar - p.p.	-0,05	-0,05	-0,07	-0,14	-0,14	-0,11	-0,14	0,00	-0,09	-0,17	-0,20
Óleo - p.p.	-0,15	-0,09	-0,09	-0,17	-0,09	-0,15	-0,09	0,03	-0,13	-0,18	-0,19
Manteiga - p.p.	-0,08	0,02	0,09	-0,04	0,14	-0,19	-0,24	-0,17	0,00	-0,16	-0,09

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do DIEESE (2026). Nota: A variação no mês, leva em consideração todas as 27 capitais. Nota: na variação do Brasil, considerar a batata (impacto de 0,14 p.p.). Este item não entra na pesquisa do Nordeste.

No ano, a cesta nordestina variou +7,75%, a maior entre as regiões. O Sudeste (+6,55%) ocupa a segunda posição, acompanhada pelo Norte (+6,20%). Só a variação do tomate representa 83,7% da variação anual. Associada ao feijão, a representação passa para 98,3% e se agregarmos a carne, passa para 110,9%. Isto indica que não houve inflação disseminada, mas sim choques específicos e persistentes de oferta ao longo do ano. No caso do tomate, ele não se beneficia de amortecedores ao longo do tempo, uma sequência de altas em alguns meses é suficiente para elevar fortemente o acumulado do ano. No caso do feijão, em 2026, a oferta foi marcada por transições entre safras, menor regularidade no fluxo do produto ao mercado e maior sensibilidade às condições climáticas.

Tabela 12.3: Variação em doze meses, terminados em março de 2026 – Brasil e Nordeste

CB - Grupo Pesquisado	Aracaju	Fortaleza	João Pessoa	Natal	Recife	Salvador	Nordeste	Brasil
Índice Geral (%)	5,09	0,06	4,16	2,72	4,38	4,51	2,94	1,18
Carne - p.p.	3,29	1,14	1,41	0,23	2,65	3,72	2,18	2,43
Leite - p.p.	-0,51	-0,23	-0,62	-0,50	-0,39	-0,57	-0,42	-0,43
Feijão - p.p.	0,95	0,95	1,13	0,59	1,30	1,59	1,18	0,49
Arroz - p.p.	-0,76	-0,90	-1,05	-1,18	-0,98	-0,99	-0,98	-0,76
Farinha - p.p.	-0,15	0,00	-0,21	-0,51	0,17	-0,21	-0,09	-0,24
Tomate - p.p.	2,78	-0,59	4,69	4,73	4,04	1,45	1,83	0,02
Pão - p.p.	0,18	-0,06	0,32	0,39	0,62	0,43	0,29	0,40
Café - p.p.	0,37	0,09	-0,06	-0,10	0,18	0,11	0,11	-0,02
Banana - p.p.	-0,33	-0,05	-0,95	-0,22	-1,89	0,14	-0,40	-0,03
Açúcar - p.p.	-0,36	-0,21	-0,35	-0,42	-0,26	-0,40	-0,30	-0,30
Óleo - p.p.	-0,03	-0,02	-0,09	-0,13	-0,06	-0,05	-0,04	-0,04
Manteiga - p.p.	-0,34	-0,06	-0,06	-0,16	-1,00	-0,71	-0,42	-0,40

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do DIEESE (2026). Nota: A variação em doze meses, leva em consideração as 17 capitais. Nota: na variação do Brasil, considerar a batata (impacto de 0,07 p.p.). Este item não entra na pesquisa do Nordeste.

Em doze meses terminados em março de 2026, o Nordeste teve uma variação de +2,94%, a maior entre as regiões. As outras variações são: Sudeste (+2,02%), Sul (+0,07%), Norte (-0,60%) e Centro-Oeste

(-1,93%). As diferenças regionais e dos movimentos por produtos passa por quatro grupos de fatores estruturais: oferta agropecuária e clima, logística e custos regionais, inserção no mercado externo (exportações/câmbio) e composição da cesta por região.

Em 2025 houve “choque positivo de oferta” (supersafra e estoques elevados) em produtos como arroz, leite e açúcar. Esse choque beneficiou mais regiões produtoras (Centro-Oeste, Norte) que têm maior proximidade da produção agropecuária e sentiram mais rapidamente a queda de preços. Como resultado, o Centro-Oeste (-1,93%) e o Norte (-0,60%) mostraram deflação, o Nordeste (+2,94%) ficou para trás nesse benefício, não capturou totalmente o efeito da superoferta anterior.

O Brasil tem alto custo logístico, fortemente dependente de transporte rodoviário, combustível e infraestrutura. O Nordeste é menos integrado às regiões produtoras do Centro-Oeste, depende de transporte mais longo e caro e tem maior dependência de insumos externos (ex.: trigo). A cesta no Norte/Nordeste usa farinha de mandioca em vez de trigo, tem menor peso de produtos industriais. O Sudeste e o Sul são mais dependentes de trigo importado e energia, enquanto o Nordeste é mais exposto a produtos in natura (voláteis, clima-dependentes).

Em doze meses, terminados em março de 2026, a variação de +2,94%, observada no Nordeste, tem como principais responsáveis as variações na carne (+7,08%), feijão (+24,51%), tomate (+14,81%) e no pão (+2,01%), que representam 186,6% da variação do índice regional. Os quatro produtos citados têm comportamentos não lineares ao longo do tempo. O tomate e o feijão tendem a apresentar quedas fortes em meses de safra e altas abruptas em entressafra. Em parte de 2025, os preços estiveram mais baixos, o que reduziu a variação em doze meses. Quando ocorre um choque concentrado no início de 2026, o acumulado do ano dispara, e o indicador em 12 meses cresce pouco, pois “carrega” meses de queda.

No caso da carne, retenção de matrizes reduziu o abate, com menos carne disponível para o mercado interno. O Brasil ampliou exportações de carne (+40% em 2025), o dólar alto torna a exportação mais lucrativa e o preço interno sobe de forma estrutural. No caso do feijão, problemas climáticos (chuvas/excesso ou falta) prejudicaram a colheita, gerando menor oferta. O feijão é altamente volátil (3 safras/ano), sendo típico o fato de subir muito quando há quebra de oferta. No caso do tomate, produto altamente perecível, falta de frutos de qualidade elevou preço, chuvas ou calor excessivo afetam diretamente. No caso do pão, Nordeste não produz trigo, dólar alto encarece farinha, padarias são sensíveis a energia e aluguel.